

PAC 2017

Prestação Anual de Contas

Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA
CNPJ: 83.646.653/0001-70
I.E.: 250.228.076
www.coopera.com.br – coopera@coopera.com.br

ÍNDICE

Relatório da Administração	02
Parecer do Conselho Fiscal	28
Demonstrações Contábeis Societárias.....	30
Balanco Patrimonial	31
Demonstração do Resultado do Exercício.....	32
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	33
Demonstração do Fluxo de Caixa	34
Demonstração do Valor Adicionado	35
Balanco Social	36
Notas Explicativas	37
Relatório do Auditor Independente	67
Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para aprimoramento dos controle internos	71
Demonstrações Contábeis Regulatórias	89
Balanco Patrimonial	90
Demonstração do Resultado do Exercício.....	91
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	92
Demonstração do Fluxo de Caixa	93
Notas Explicativas	94
Notas Conciliatórias Societárias x Regulatória	121
Relatório do Auditor Independente	129

Relatório da Administração

Relatório Anual da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da COOPERA para a sociedade, parceiros, associados e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A COOPERA atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 58 anos de existência.

Os investimentos realizados totalizaram R\$ 4,7 milhões, que foram aplicados no atendimento ao crescimento de mercado e na melhoria da confiabilidade operacional do sistema elétrico, envolvendo também aquisição de veículos e desenvolvimento do quadro profissional.

O desempenho econômico financeiro de 2017 traduz o esforço conjunto de nossos gestores e demais colaboradores internos e externos, em torno do objetivo de tornar nossa cooperativa ainda mais forte e moderna. A receita bruta atingiu R\$ 98 milhões e um lucro líquido de R\$ 10 milhões.

Passamos pelo processo de reajuste tarifário, que culminou com a publicação das novas tarifas através da Resolução Homologatória nº 2.327 de 31 de outubro de 2017, a qual resultou em um reajuste médio de 10,79%.

Cada classe de consumo contribuiu para o crescimento do mercado da permissionária em MWh, mais não podemos deixar de destacar a classe rural, que teve um incremento de 3,95% em relação ao ano de 2016, como também a classe residencial com um incremento de 3,36%. Na classe comercial tivemos uma queda de -1,69%.

A permissionária está sempre empenhada em assegurar os mais altos padrões de qualidade ao seu processo de gerenciamento dos serviços executados. Por esta razão, mais uma vez a Cooperativa manteve em 2017 o Certificado da Qualidade ISO 9001:2008 e através dele continua atendendo a norma ABNT NBR ISO 10002:2005 – Satisfação dos Clientes – Diretrizes para o tratamento das reclamações nas organizações.

Nossa pesquisa com os consumidores atingiu um índice de satisfação com o atendimento em 89,30% e 96,20% com a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Significativos avanços foram também implementados na estrutura organizacional, com o objetivo de fortalecer ainda mais os fatores críticos de diferenciação que tornaram a COOPERA referência em seu segmento de atuação.

A estratégia da COOPERA tem sido a de focar na maximização da qualidade, na rentabilidade dos serviços prestados e na preservação do equilíbrio econômico-financeiro da permissão, de forma sustentável, visando atingir a satisfação dos associados, consumidores, colaboradores e fornecedores, enfim, a todos que fazem parte da gestão do negócio.

Distribuição e Comercialização de Energia

A permissionária distribuiu energia elétrica nos 04 municípios de sua área de atuação, atendendo 24.228 consumidores.

- **Ligação de consumidores** – Foram realizadas, no ano de 2017, 679 novas ligações com destaque 585 residenciais, 22 industriais, 41 comerciais, 24 rurais, 05 poderes públicos e 02 serviços públicos, totalizando 24.228 consumidores atendidos pela permissionária, número 3,02% superior ao de 2016.

Número de Consumidores

Classe	2017	2016	2015	2014	2013
Residencial	19.483	18.858	18.381	17.825	17.356
Comercial	1.400	1.360	1.359	1.302	1.257
Industrial	476	491	466	413	356
Rural	2.555	2.503	2.484	2.451	2.423
Poderes Públicos	218	212	212	210	211
Iluminação Pública	70	70	70	71	71
Serviço Público	26	23	22	22	21
Total	24.228	23.517	22.994	22.294	21.695
Variação	3,02%	2,27%	3,14%	2,76%	14,14%

- **Comportamento do mercado** – Durante o período de janeiro a dezembro de 2017 a permissionária adquiriu um total de 296.797 mil MWh e distribuiu 281.732 mil MWh com um percentual de perda de 5,08%, ou seja, 15.065 mil MWh. O consumo de energia na área de atuação da permissionária apresentou em crescimento de 2,68% em relação a 2016.

Balço Energético em MWh	Exercício				
	2017	2016	2015	2014	2013
Total da energia elétrica adquirida	296.797	293.290	288.173	257.226	233.089
Total da energia elétrica distribuída	281.732	274.367	269.468	237.380	210.521
Perdas	15.065	18.923	18.705	19.846	22.568
Percentual de perdas	5,08%	6,45%	6,49%	7,72%	9,68%

As classes que mais contribuíram para este crescimento foram a classe rural, com um crescimento de 3,95% em relação ao ano de 2016, seguida da classe residencial com um crescimento de 3,36% ao ano anterior e da classe industrial com um crescimento de 2,83%. As classes Poderes Públicos, Serviços Públicos e Iluminação Pública contribuíram com um crescimento de 1,73%. A classe comercial obteve uma queda de -1,69%.

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

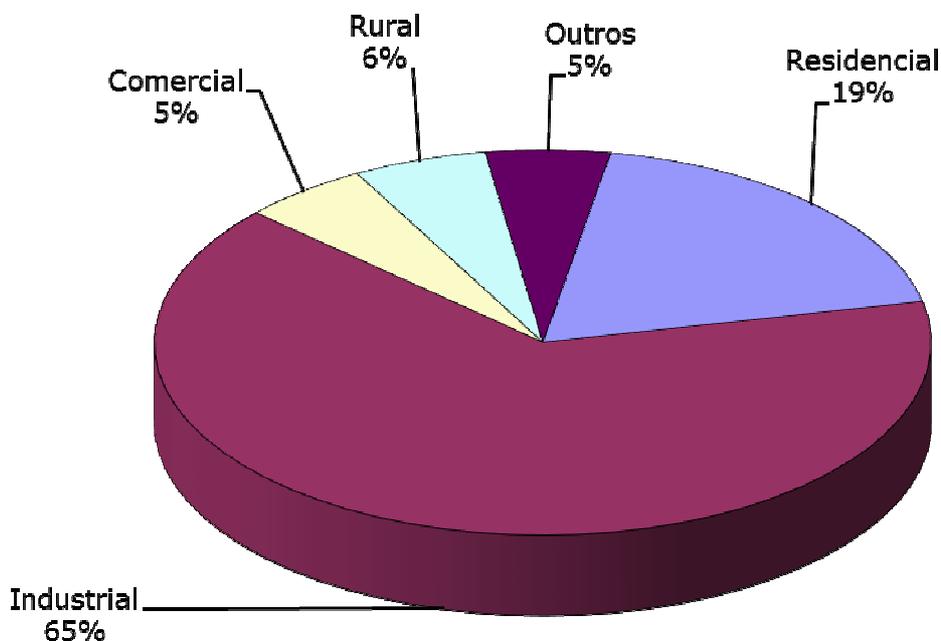
Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo em MWh e sua variação no período:

Consumo por Classe de Consumidores - Em MWh

Classe	2017	2016	2015	2014	2013
Residencial	52.990	51.269	47.602	46.801	40.400
Industrial	183.625	178.567	181.140	149.752	133.772
Comercial	14.916	15.173	13.353	12.922	10.692
Rural	15.655	15.060	13.494	14.875	13.700
Poderes Públicos	2.180	2.131	2.048	2.066	1.745
Serviços Públicos	1.841	1.834	2.161	2.081	7.869
Iluminação Pública	10.334	10.144	9.495	8.688	2.169
Consumo Próprio	191	190	175	196	172
Total	281.732	274.368	269.468	237.380	210.519
Variação	2,68%	1,82%	13,52%	12,76%	22,60%

Consumo em MWh por Classe de Consumidores

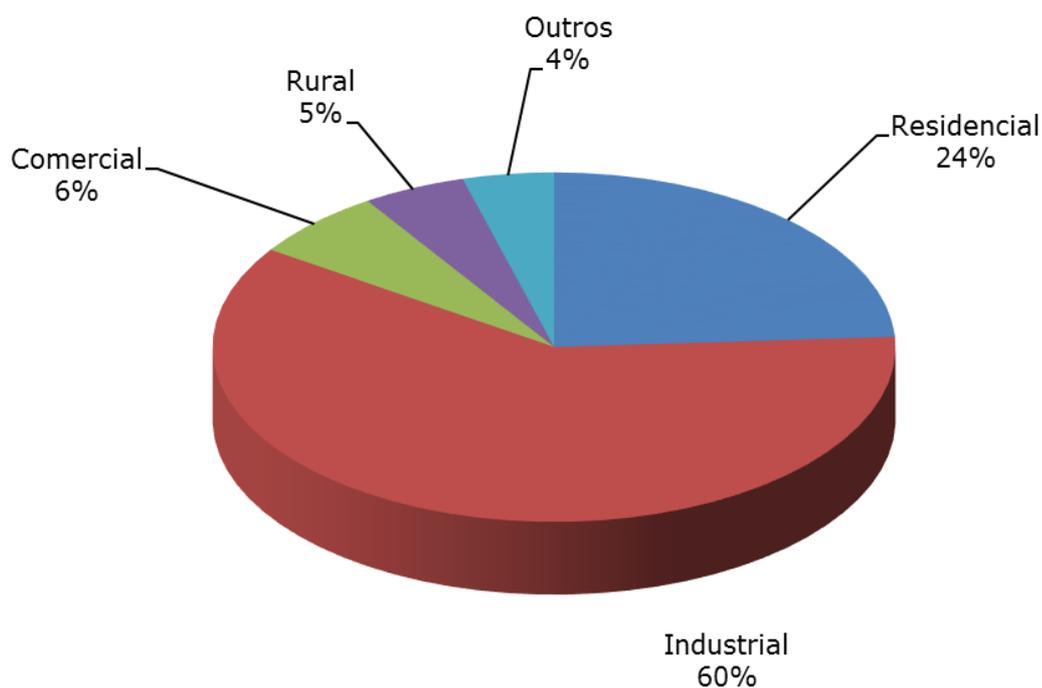


Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida de ICMS, importou em R\$ 64 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ Mil

Classe	2017		2016		%
Residencial	24%	15.546,74	22%	13.774,65	12,86
Industrial	60%	38.959,54	64%	39.875,39	(2,30)
Comercial	6%	4.126,44	6%	3.906,35	5,63
Rural	5%	3.159,70	5%	2.857,09	10,59
Outros	4%	2.792,30	4%	2.333,83	19,64
Total	100%	64.584,72	100%	62.747,30	2,93

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um aumento de 2,61% sobre o mesmo mês do ano anterior. Como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	dez/17	dez/16	%
Residencial	19.058	18.527	2,87
Industrial	443	443	0,00
Comercial	1.337	1.303	2,61
Rural	2.520	2.483	1,49
Outros	305	305	0,00
Total	23.663	23.061	2,61

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, atingiu R\$ 312,37/ MWh, com aumento de 8,38% com relação a dezembro de 2016.

Em setembro de 2017, a permissionária passou por processo de reajuste tarifário, atendendo o disposto no submódulo 8.4 do PRORET, ou seja, agora anualmente os processos tarifários serão sempre regrados por este submódulo, que trata tanto de revisões como reajustes.

Para cálculo dos itens de parcela "A", permanece vigente a metodologia disposta no submódulo 8.2 do PRORET.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.327, de 31 de outubro de 2017, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da COOPERA resultantes do processo de reajuste tarifário de 2017, cujo reajuste médio foi de 10,79%, correspondendo ao efeito médio percebido pelos consumidores.

Tarifas Médias de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2017	2016
Residencial	381,79	328,45
Industrial	291,49	280,62
Comercial	394,49	343,10
Rural	271,11	231,67
Poderes Públicos	399,89	341,54
Iluminação Pública	371,33	318,68
Serviços Públicos	243,08	204,59
Consumo Próprio	277,09	256,93
Média Geral	312,37	288,23

Composição das Tarifas (R\$/MWh)

Exercício 2017	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	P. Público	Outros
Impostos	69,44	57,77	98,35	49,23	84,59	52,75
ICMS	69,44	57,77	98,35	49,23	84,59	52,75
Encargos Setoriais	64,14	48,97	66,27	45,54	67,18	30,89
RGR	0,61	0,46	0,63	0,43	0,63	0,42
CDE	38,07	29,07	39,34	27,03	39,88	26,20
CCC	25,46	19,44	26,31	18,08	26,67	17,52
P&D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos/despesas	208,35	187,67	211,27	183,00	212,50	161,85
Energia Comprada	120,89	120,89	120,89	120,89	120,89	101,67
Despesas com pessoal	40,07	30,59	41,41	28,46	41,97	27,57
Outras despesas operacionais	47,39	36,18	48,97	33,65	49,64	32,61
Tarifa Bruta da concessionária (*)	341,94	294,41	375,89	277,77	364,27	258,74

(*) representa a equivalência em relação a tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Qualidade do Fornecimento - Dos indicadores apurados pela COOPERA, os dois principais são os de continuidade de fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), que medem respectivamente o tempo total médio de interrupção no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora do conjunto COOPERA e quantas vezes os consumidores ligados a este conjunto ficaram sem energia elétrica no decorrer de um ano.

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

INDICADORES DE CONTINUIDADE			
Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (Horas)
2013	3,89	3,85	1,13
2014	11,11	7,13	1,27
2015	9,6	7,01	1,25
2016	9,86	5,27	1,34
2017	3,14	4,73	1,35

Atendimento ao Consumidor

A COOPERA coloca à disposição do consumidor e associado, serviço de atendimento, instalado na sua sede social, sito a Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 – Santa Cruz – Forquilha – SC., na Avenida 25 de Julho, 2736, Centro – Forquilha – SC., na Rua José Salvador, nº 6, 4ª Linha – Criciúma – SC e no centro de Caravággio – Nova Veneza – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, com ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do 0800-725-7725.

Também estão disponíveis através de home-page www.coopera.com.br todas as informações de cadastro e consumo, bem como solicitação de serviços não emergenciais.

Tecnologia da Informação

A Tecnologia da Informação e a sua inserção na estratégia da empresa tem sido um fator chave para o crescimento das empresas. O cenário atual é caracterizado pelo seu dinamismo e heterogeneidade, no entanto, para auxílio à tomada de decisões, as empresas cada vez mais investem em aquisições de tecnologias e melhora de processos que proporcionam integração das informações em um menor espaço de tempo. Para tanto, a tecnologia da informação se torna um instrumento indispensável para os gestores que buscam maior segurança, conhecimento, domínio e coerência em todos os processos da empresa.

O setor de TI da COOPERA procura sempre realizar as suas ações visando melhorar os processos e equipamentos utilizados na empresa de uma forma ampla. Esse processo só é possível porque a direção da COOPERA permite que o setor de TI pesquise e implemente as melhorias e soluções encontradas, em conjunto com os envolvidos, sem a interferências.

No ano de 2017 os principais projetos, aquisições e ações na área de TI, foram:

Computadores:

- Aquisição de 6 microcomputadores de última geração para substituição dos microcomputadores mais obsoletos do parque de máquinas melhorando assim a performance a agilidade dos usuários nas rotinas diárias;

Monitores:

- Aquisição de 16 monitores de Led de 23 polegadas para substituir os monitores menores e mais antigos e também para padronizar os monitores em relação aos demais já existentes.

Leitura\Faturamento

- Aquisição de 1 impressora termo sensível para impressão das faturas instantâneas devido a queima de uma das impressoras do faturamento.

Internet:

- Aquisição e implantação de sistema de distribuição de internet sem fios UniFI que consiste na instalação e configuração de 7 equipamentos Ubiquiti em todo o prédio para cobertura de sinal sem fios para utilização em dispositivos móveis como smartphones, notebooks e tablets.

Sistemas:

- Aquisição e implantação do software de Restrição de Crédito para utilização no setor de cobrança com o intuito de negativar no SPC os consumidores com débitos com a COOPERA diminuindo assim a inadimplência.

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

Outros Equipamentos

- Vídeo Wall

Implantação de um sistema de vídeo wall no centro de operações da distribuição (COD) para monitoramento das redes, veículos e solicitações de serviços. O sistema é constituído por 6 monitores profissionais de 47 polegadas de led e borda ultrafinas interconectados gerando uma única imagem, um equipamento controlador e um computador que transmite, em tempo, as imagens dos diversos sistemas para os 6 monitores facilitando assim a visualização, monitoramento e tomada de decisões pelo setor de COD e engenharia.

- TV Corporativa (endomarketing)

Aquisição de 3 Smart TVs de led de 40 polegadas para utilização no sistema de TV corporativa que consiste na exibição de conteúdos de marketing nas TVs do atendimento e endomarketing nas TVs internas nos setores.

- Câmera Fotográfica

Aquisição de uma câmera fotográfica digital Samsung para utilização do setor de cooperativismo em projetos sociais.

- Smartphone

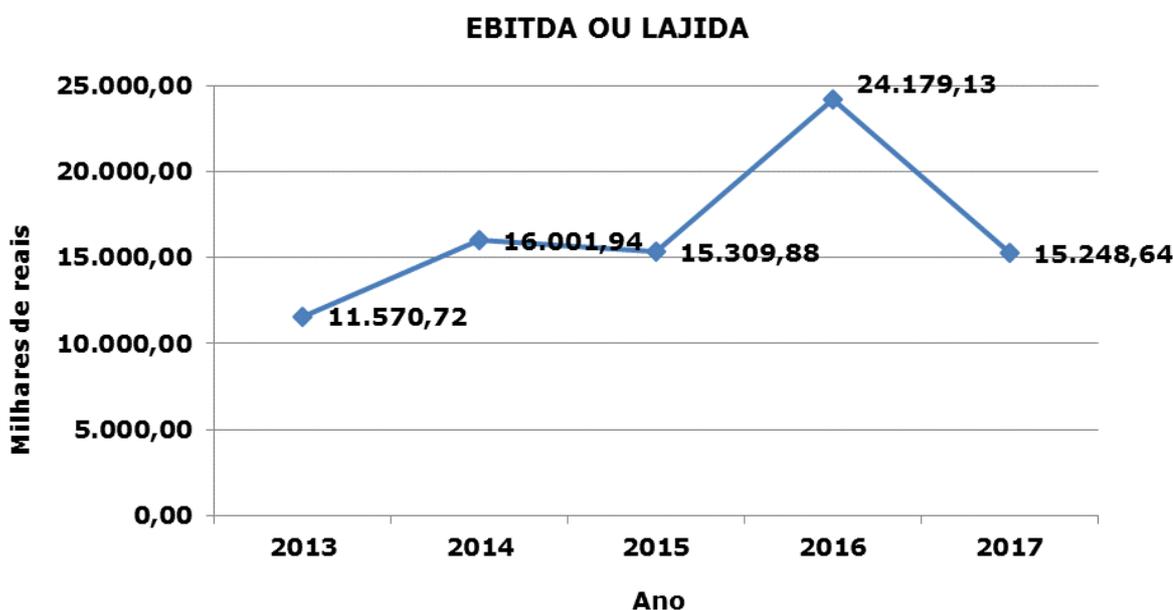
Aquisição de 3 smartphones. 1 smartphone para utilização no setor administrativo, 1 para o setor financeiro utilizar nas transações bancárias (verificações de segurança) e 1 para o setor de atendimento utilizar no atendimento de consumidores através da ferramenta WhatsApp.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2017, o resultado líquido foi de R\$ 10,6 milhões, contra R\$ 18,6 milhões em 2016. A receita operacional líquida atingiu R\$ 66 milhões, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 59 milhões. As despesas operacionais totalizaram em R\$ 20 milhões, para ambos os anos.

O Patrimônio Líquido do exercício foi de R\$ 94 milhões contra R\$ 88 milhões em 2016, apresentando um aumento de 7,73%.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações foi de R\$ 15 milhões, inferior 58,57% em relação a 2016, que foi de 24 milhões conforme variação expressa no gráfico:



Investimentos

Em 2017, os investimentos da permissionária importaram em R\$ 4,7 milhões.

Investimentos - R\$ mil

Modalidade	2017	2016
Manutenção e ampliação das redes	4.214,07	4.915,83
Subestação Santa Cruz	0,00	165,07
Aquisição e/ou troca de veículos	371,72	449,51
Máquinas, Equipamentos e Móveis e Imóveis	141,93	142,89
Total	4.727,72	5.673,30

As atividades desenvolvidas no ano de 2017, conforme planejamentos foram baseadas nas reformas e ampliações da capacidade de atendimento de cargas na área de permissão da COOPERA.

Durante esse período foram feitas intervenções na rede de distribuição a fim de atender a demanda de novos consumidores, loteamento e novas indústrias bem como melhorias para minimizar problemas de falta de energia causada por materiais e equipamentos depreciados e/ou avariados.

Para atendimento as solicitações dos associados e serviços programados, a COOPERA continuou investindo em aquisição de novos veículos com cestos aéreos, a fim de agilizar os processos de trabalho.

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AIS Bruto ¹	8.367,45	9.967,37	4.715,33	3.967,57	3.941,56	4.982,23	6.221,75	4.751,43
Transformador de Distribuição	905,31	775,04	628,99	-	-	-	-	-
Medidor	467,50	456,69	533,02	464,94	464,94	464,94	464,94	464,94
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)				1.981,66	1.955,65	2.996,32	4.235,84	2.765,52
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	4.571,47	3.772,66	3.087,31	1.520,97	1.520,97	1.520,97	1.520,97	1.520,97
Redes Alta Tensão (69 kV)				-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)				-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)				-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)				-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	5,23	4.519,22		-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)				-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)				-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	2.417,95	443,76	466,01	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(281,37)	(1.629,47)	(456,84)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(281,37)	(512,22)	(456,84)					
Outros	-	(1.117,25)	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	(1.117,25)	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda		(436,21)		n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos		(681,04)		n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2018	4.249,32	3.967,57	3.941,56	4.982,23	6.221,75	4.751,43

R\$ Mil	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos 2017	4.758,38	6.257,28	6.424,45	5.695,43	2.004,31

Diferença	-10,7%	-36,6%	-38,6%	-12,5%	210,4%
------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Anualmente a permissionária deve apresentar as projeções de investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica.

O PDD - Plano de Desenvolvimento da Distribuição, apresenta o resultado dos estudos de planejamento elétrico e energético das concessionárias e permissionárias de distribuição. A ANEEL utiliza essas informações para acompanhar o planejamento e a evolução dos sistemas de distribuição de energia elétrica no país, além de usá-los para avaliar eventuais necessidades de aprimoramento da regulamentação vigente.

Os valores são classificados por tipo de equipamento (transformador e medidor), redes e subestações, segregados por faixa de tensão, devendo contemplar os valores do Ativo Imobilizado em Serviço-AIS Bruto e Obrigações Especiais.

Os valores contemplam as adições brutas (adições e transferências). Em virtude da conciliação do Demonstrativo Contábil com o PDD, a conta de Máquinas e Equipamentos em Ativo Imobilizado em Serviço - AIS Bruto da Atividade de Distribuição deve ter o mesmo montante do PDD.

Com relação aos investimentos projetados no PDD de 2016, em relação aos realizados em 2017, obtivemos uma variação de -10,7% no realizado.

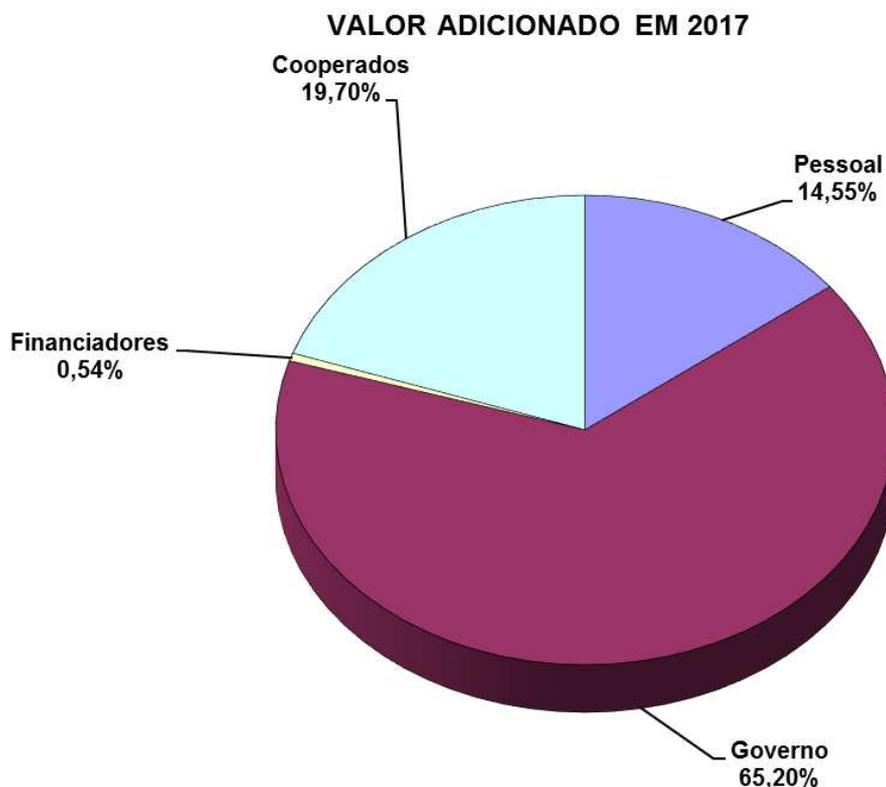
Captação de Recursos

Os investimentos de 2017 foram realizados todos com recursos próprios.

Valor Adicionado:

Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 54 milhões, representando 55% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Valor Adicionado em 2017 - em R\$ mil		
Distribuição	Valor	%
Pessoal	7.876,56	14,55
Governo	35.291,40	65,20
Financiadores	293,25	0,54
Cooperados	10.663,02	19,70
	54.124,22	100,00



ESTRUTURA DE CAPITAL

Política de Reinvestimento e distribuição de sobras: Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, as quais foram totalmente destinadas para o aumento do capital social.

Composição do Capital Social: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da permissionária era de R\$ 13,4 milhões, composto por 13,4 milhões de cotas representadas por 22.620 sócios.

GESTÃO

Planejamento Empresarial: O êxito que a permissionária vem obtendo no seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Foram desenvolvidos workshops com presidente, gerente e profissionais, os quais resultaram um planejamento estratégico para quatro diferentes áreas: finanças, processos internos, clientes e aprendizagem. Simultaneamente foi conduzido um processo de definição de tendências relacionadas aos ambientes políticos, econômicos, sociocultural e tecnológico.

Esta concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das atividades, e ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação as mudanças de mercado.

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

As tendências identificadas, juntamente com o resultado do cenário empresarial, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas para os horizontes de curto e longo prazo.

Gestão pela qualidade total: Em 2017 a permissionária manteve o Certificado da Qualidade ISO 9001:2008 e através dele continua atendendo a norma ABNT NBR ISO 10002:2005 – Satisfação dos Clientes – Diretrizes para o tratamento das reclamações nas organizações.

GESTÃO DE PESSOAS

A COOPERA possui um setor de Gestão de Pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH (Processo Agregar, Aplicar, Manter, Desenvolver e Monitorar), de forma que facilita o contato com os colaboradores e desenvolve um clima organizacional favorável. Pois as pessoas têm emoções, ideais, valores éticos e morais que podem influenciar o ambiente de trabalho. Trabalho esse vital para o desenvolvimento das pessoas e conseqüentemente da organização, com intuito de obter um ambiente e clima organizacional equilibrado, favorável e estável para enfrentar os desafios do ambiente externo.

Treinamentos e desenvolvimento profissional

Comprometida com seu quadro funcional na busca constante por qualidade e melhoramento, a COOPERA oportunizando aos seus colaboradores treinamentos para conhecimento e capacitando-os para um mercado cada vez mais amplo e competitivo, treinar pessoas é sinônimo de bom atendimento e qualidade nos serviços.

Treinamentos abaixo realizados:

- Curso NR05 Cipeiros;
- Curso de Relacionamento Interpessoal;
- Curso ISSO 9001:2015;
- Cursos Projetos Elétricos de Redes de Distribuição;
- Curso de Linha Viva;
- Reciclagem Operador de Motosserra;
- Reciclagem Operador de Guindauto;
- SIPAT;
- Curso Preparação para o Endomarketing;
- Curso Normas Técnicas;
- Treinamento Grupo de Melhorias;
- Curso de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015;
- Cursos de Rotinas Trabalhistas e Recursos Humanos;
- Treinamento Enquadramento Salarial;
- Inteligência Emocional e Líder Coach.
- Gestão Cooperativa (Conselho Administrativo e Fiscal)

Benefícios

Com o intuito de estimular os colaboradores e preocupada com a saúde dos mesmos, a COOPERA possui uma série de benefícios tais como:

- **Bolsa de Estudos:** Além de todos os treinamentos acima citados a permissionária tem o compromisso junto aos seus colaboradores, em incentivar com a Bolsa Educação nos seguintes cursos: Ensino médio, cursos técnicos, ensino superior e pós-graduação. Os colaboradores que fazem graduação na área a fim, também são beneficiados com auxílio educação do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).
- **Convênio com academia:** Pensando no bem-estar dos colaboradores, a permissionária incentiva à atividade física. A mesma traz benefícios à saúde dos colaboradores, com reflexo na melhoria do humor e pode reduzir traços de ansiedade, pessoas saudáveis e bem dispostas dedicam-se mais ao trabalho, ausentam-se menos de seus setores, respondendo com maior desempenho na equipe.
- **Plano de Saúde:** A permissionária disponibiliza a seus colaboradores o plano de saúde corporativo em parceria com a UNIMED. Onde a empresa beneficia com 60% do valor da mensalidade para colaborador e para seus dependentes. Este plano é muito vantajoso, pois o custo é menor em comparação com um plano de saúde contratado de forma individual. Além disso, ainda existe a vantagem tributária, pois o valor pago pelo funcionário pode ser deduzido integralmente no Imposto de Renda, como despesas com saúde.
- **Refeitório:** A permissionária possui um refeitório, através deste benefício, a empresa contribui para o acompanhamento nutricional e melhoria da saúde de seus colaboradores. As refeições são acompanhadas por uma nutricionista.
- **Seguro de Vida:** Desde o momento de sua contratação, o colaborador é contemplado com uma apólice de seguro de vida, firmado junto à seguradora Liberty Seguros S/A. Do ponto de vista da permissionária, oferecer um seguro de vida a seus colaboradores representa um benefício que proporciona tranquilidade quanto à segurança do colaborador e de seus familiares.
- **Uniforme gratuito a todos seus colaboradores:** É disponibilizado, gratuitamente aos colaboradores, uniformes com periodicidade anual, sendo um diferencial para identificação dos colaboradores.

- Vacina da gripe para os colaboradores e familiares: A permissionária disponibiliza a vacina contra a gripe (H1N1) a todos os colaboradores e familiares. A vacinação é realizada por um laboratório responsável devidamente habilitado. A imunização apresenta benefícios não só para os funcionários, mas para a empresa.

Para os funcionários que estão iniciando, a permissionária disponibiliza a integração, onde os novos funcionários conhecem um pouco sobre a história da cooperativa, recebem informações com relação à importância do uso de equipamento de Proteção Individual (EPI's), são informados sobre direitos e deveres, a Política da Qualidade, os benefícios oferecidos pela empresa e as práticas de boa vivência.

Oportunidade para muitos jovens a vaga do primeiro emprego, o Programa Jovem Aprendiz, auxilia os jovens na carreira profissional, e integra-os ao mercado de trabalho.

Segurança no trabalho

A conscientização para a importância do uso correto dos equipamentos e o respeito às normas são a mola propulsora das iniciativas desenvolvidas pela permissionária para garantir a segurança de seus trabalhadores. A Cooperativa investiu e apoiou os trabalhos da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que durante ano de 2017 realizou atividades e vistorias com o objetivo de orientar os colaboradores quanto ao uso correto e adequado dos equipamentos de segurança em suas rotinas.

SIPAT

A permissionária promoveu a Semana da SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) no período de 23 a 2 de outubro de 2017, sendo uma semana dedicada a aprender mais sobre segurança no trabalho e qualidade de vida, onde foram realizadas palestras de diversos temas, como saúde, primeiros socorros e motivacionais. Essas atividades são importantes para incentivar a segurança tanto dos nossos colaboradores, quanto para a sociedade.

A permissionária oferece segurança e oportunidades a todos e queremos cada vez mais colaboradores satisfeitos no seu dia a dia de trabalho.

Plano de Metas 2018

Investimentos no Setor de Cooperativismo

ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL (Promover participação e acompanhamento ao Quadro Social)	Valor em R\$ mil
Meta 1 – Elaborar uma pesquisa sobre o quadro social;	
Meta 2 – Realizar palestras/encontros/cursos setorizados para a família associada	
Ação 1 – Coopera em Comunidade	20,00
Meta 3 – Acolher/capacitar a nova família associada;	
Meta 4 – Instituir, coordenar e acompanhar os Núcleos Femininos;	
Ação 1 - Revisão do regimento interno (Ney)	5,00
Ação 2 - Encontro de Casais	5,00
Ação 3 - T ranslado para Palestrante (passagem aérea, taxi...)	3,00
Ação 4 - Projet Crescer	7,00
Ação 5 - Hospedagem (palestrante)	2,00
Ação 6 - Refeição (Almoço, Lanche) para palestras e capacitações	2,00
Ação 7 - Encontro para elaboração de projetos sociais	0,25
Ação 8 - Curso de gestão Financeira	0,80
Ação 9 - Festa Junina	0,60
Ação 10 - Imersão	0,88
Ação 12 - Seminário Regional - SESCOOP (T ransporte)	3,00
Ação 13 - Avaliação 2017 e Planejamento 2018	0,30
Ação 14 – Passeio de encerramento	3,00
Meta 5 – Introduzir o programa JOVEMCOOP na Cooperativa;	
Ação 2 – 2º Encontro Juventude Cooperativista	20,00
EDUCAÇÃO COOPERATIVA (Oportunizar educação cooperativista e cooperativa aos cooperados e colaboradores)	
Meta 1 – Implementar o Programa COOPERJOVEM;	
Ação 1 - Semana Pedagógica (Aloysius Back - Capacitação/Carmen- Imersão Filipe)	2,30
Ação 2 - Semana Pedagógica (Ângelo Izé - Capacitação/Carmen- Imersão Filipe)	2,30
Ação 3 - Semana Pedagógica (Julieta Torres - Capacitação/Carmen- Imersão Filipe)	2,30
Ação 4 - Semana Pedagógica (Luiz T ramontin - Capacitação/Carmen- Imersão Filipe)	2,30
Ação 5 - T ranslado para Palestrante (passagem aérea, taxi...)	2,00
Ação 6 - Hospedagem para palestrante	3,00
Ação 7 – Palestra para professores	10,00
Ação 8 – Oficina Cultural (Grafite, Capoeira, Dança, Teatro, Vivencias Audiovisuais, Literatura) Pagamento dos Profissionais	155,00
Ação 9 - Aquisição de materiais para as oficinas	50,00
Ação 10 - Informativo Semestral	10,00
Ação 11 – Viagem para capacitações	1,00
Ação 12 - Rádio Coop	10,00
Ação 13 - Biblioteca Itinerante	5,00
Ação 14- Encerramento das atividades anual	10,00

Meta 2 – Oportunizar reflexões sobre educação cooperativa nas escolas que possuem o Prog. Cooperjovem	
Ação 3 – Revistinha SuperXoque	10,00
Meta 3 – Oferecer cursos e capacitações técnicas, graduação e pós graduação aos cooperados e seus dependentes como forma de crescimento profissional.	
Meta 4 – Oferecer orientação Profissional/comportamental aos filhos de cooperados	
Meta 7 – Capacitar dirigentes	
CIDADANIA (Realizar ações sócio-educativas na comunidade local)	
Meta 1 – Proporcionar ao cooperado prestação de serviços gratuitos á comunidade	
Ação 1 – COOPERA em Ação - Dia C / Atividades na Praça - Aberta para comunidade	10,00
Ação 2 - Workshop LABs em Rede - Imersão - Novos Grupos	5,00
Ação 3 - Coletivo Catavento - Cultural	10,00
Ação 4 - Coletivo Educação	10,00
Ação 5 - Coletivo Sustentabilidade- Mata Ciliar	0,00
Ação 6 - Aquisição de materiais (Faixa, Banner, Cartazes, Cartilhas, camisetas, Outdoor),	5,00
Ação 7 - Refeição (Almoço, Lanche) para palestras e capacitações	5,00
Ação 8 – Criar um LINK no site sobre LAB'S EM REDE	8,00
Meta 4 - Oferecer assessoria a cultura local	
Ação 1 - Promover capacitação, organização e acompanhamento de grupos de artesãos	30.000,00
GESTÃO COOPERATIVA (Fortalecer a identidade institucional cooperativista da COOPERA)	
Meta 1 – Implementar a identidade cooperativista no site da cooperativa	
Meta 2 – Promover a Intercooperação	
Meta 4 – Promover intercâmbios entre outras cooperativas do mesmo ramo (FECOERUSC);	
Meta 5 – Fortalecer a gestão através da participação do cooperado	
CULTURA, ESPORTE E LAZER (Oferecer espaço para disseminação da cultura, esporte e lazer à comunidade)	
Meta 1 – Proporcionar espaço de lazer agregando conscientização sobre meio ambiente	
Meta 2 – Promover o acesso à cultura e difusão da cultura local	
Meta 3 – Pontos de Leitura COOPERA	
SAÚDE E MEIO AMBIENTE (Criar ações para cuidar da saúde e preservar o meio ambiente)	
Meta 1 – Ações Sócio-ambientais para a empresa cooperativa	
Meta 2 – Ações Sócio-ambientais para a comunidade	
Meta 3 – programa de sustentabilidade	
Ação 1 - Laboratórios de inovação social	30,00
Meta Setorial	
Ação - Eventos diversos do Setor de Cooperativismo	3,00
Ação 3 - Capacitações	1,00
Total R\$ mil	465,03

Investimentos em Redes de Distribuição

Endereço	Cidade	Valor de estimado em R\$ mil	Km
Centro Sangão	Criciúma	484,50	2,75
São Roque	Criciúma	193,80	1,1
Loteamento Theobaldo, Linha Cruz	Forquilha	344,50	2,2
Lot. Ana Spillere, Linha Sta Cruz	Forquilha	304,25	1,6
Santa Líbera	Forquilha	570,00	3,3
Lot. Pricila, Quarta Linha	Criciúma	227,20	1,42
Centro do Caravaggio	Nova Veneza	251,42	1,3
Centro de Forquilha	Forquilha	927,00	5,7
Lot. California, Linha Sta Cruz	Forquilha	880,00	5,4
		4.182,67	24,77

Investimentos em Troca/Aquisição de Veículos

Veículo/Modelo	R\$ Mil Veículo	Equipamento	R\$ Mil Equipamento	Total R\$ Mil	Ano
Toyota Corolla	36,00		0,00	36,00	2011
Fiat Strada	18,00		0,00	18,00	2011
Ford F400	70,00	Cesto	25,00	95,00	2011
VW Gol	28,35		0,00	28,35	2011
VW Gol	28,35		0,00	28,35	2011
TOTAL DE VENDA DE VEÍCULOS				205,70	

Veículo/Modelo	R\$ Mil Veículo	Equipamento	R\$ Mil Equipamento	Total R\$ Mil	Ano
Toyto Corolla	106,00	-	0,00	106,00	0 Km
Fiat Strada	45,33	-	0,00	45,33	0 Km
VW Gol	40,55	-	0,00	40,55	0 Km
VW Gol	40,55	-	0,00	40,55	0 Km
Caminhão Linha Viva	572,00	Cesto 69 kV	0,00	572,00	0 Km
TOTAL DE COMPRA DE VEÍCULOS				804,43	

INVESTIMENTO TOTAL DE VEÍCULOS EM 2018 598,73

Investimentos em Capacitação Profissional

Evento	Nº Participantes	Valor em R\$ mil
Worshop Enose- Encontro Nacional de agentes setor eletrico	1	3,50
Rotinas de Recursos Humanos	2	3,50
Rotinas Contabil	4	2,00
Rotinas Administrativa	todos	3,00
Rotinas Endmoking	2	3,00
CURSO NR12 empilhadeira	2	0,90
Treinamento Liderança	11	15,00
Resolucao 674 (interno)	7	0,10
Operação de Religadores (interno)	a definir	0,10
Operação de Reguladores de tensão (interno)	a definir	0,10
Atendimento ao Publico	4	2,40
Resolucao 414	4	2,40
Curso Norma implantação 9001-2015 Quayteam	1	1,80
Revisão Planejamento Estrategico	16	6,00
Total Geral		43,80

Investimentos em Tecnologia da Informação – TI

Descrição	Qtde	Valor em R\$ mil
Micro Computadores (I3, 4GB, placa mãe Asus, placa de vídeo off com HDMI e HD SSD)	5	11,00
Monitores 23 polegadas de LED (VGA/DVI/HDMI)	6	3,90
HDs SSD para melhorar a performance dos computadores atuais sem necessidade de troca	8	2,32
Manutenção bianual no break Matriz (troca de baterias, capacitores e coolers)	1	5,00
No Break pra posto de atendimento 4ª Linha	1	10,00
Tablet Samsung 9" com 4GB (ampliação serviços COD RT)	2	2,80
Licença Microsoft Windows 10 PRO (contrato open 5 licenças)	5	2,50
Licença Microsoft Office 2016 Home and Business FPP	3	2,70
5 Licenças (Calls de Acesso) Windows Server	1	0,90
Renovação da Licenças do antivírus Kaspersky (50 licenças para 3 anos)	1	7,00
Kit Teclados e Mouse Microsoft	10	1,35
Total		49,47

PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS

Atendimento	2017	2016	%
Número de consumidores	24.228	23.517	3,02
Número de empregados	82	83	-1,20
Número de consumidores por empregado	295	283	4,28
Número de localidades atendidas (municípios)	4	4	0,00
Número de postos de atendimentos	4	4	0,00

Mercado	2017	2016	%
Área de permissão (Km ²)	500,38	500,38	0,00
Demanda máxima (MW)	58,16	53,50	8,71
Distribuição direta (GWh)	281.732	274.367	2,68
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.719,79	2.718,71	0,04
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	312,37	288,23	8,38
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	381,79	328,45	16,24
Industrial	291,49	280,62	3,87
Comercial	394,49	343,10	14,98
Rural	271,11	231,67	17,02
Poder Público	399,89	341,54	17,08
Serviços Públicos	371,33	318,68	16,52
Iluminação Pública	243,08	204,59	18,82
Suprimento	122,35	80,90	51,24
DEC (horas) Conjunto	3,14	9,86	-68,15
FEC (número de interrupções) Conjunto	4,73	5,27	-10,25

Operacionais	2017	2016	%
Número de subestações	2	2	0,00
Linhas de distribuição (Km)	24,97	24,97	100,00
Redes de distribuição (km)	1.715,67	1.702,85	0,75
Capacidade instalada (MVA)	174,42	168,20	3,70

Financeiros	2017	2016	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	98.413,70	91.611,10	7,43
Receita operacional líquida (R\$ mil)	66.120,66	59.780,75	10,61
Margem operacional do serviço líquida (%)	15,81%	30,82%	-48,69
Lucro líquido (R\$ mil)	10.455,18	18.421,69	-43,25
Patrimônio líquido (R\$ mil)	94.874,21	88.063,40	7,73
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	11,02%	20,92%	-47,32
Endividamento do patrimônio líquido (%)	22,42%	64,67%	-65,33
Em moeda nacional (%)	100%	100%	

Performance	2017	2016	%
Custo médio dos funcionários (R\$)	9.387,12	8.815,75	6,48
Energia comprada por funcionário (MWh)	3.619,48	3.533,52	2,43
Energia comprada por consumidor (MWh)	12,25	12,47	-1,77
Retorno de ativos por unidade:	0,51	0,43	0,19

Agradecimentos

Inicialmente agradecemos a DEUS que nos permitiu encerrar mais um ano de muito trabalho e bons resultados e que nos guiou nesta trajetória.

Queremos registrar o nosso agradecimento aos sócios e consumidores pela confiança em nós depositada. Agradecer também aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da permissionária.

Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária.

Forquilha/SC, abril de 2018

A Administração

COMPOSIÇÃO DO GRUPO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO

Conselho de Administração

Walmir João Rampinelli – Presidente
Carlos Alberto Arns – Vice Presidente
Dimas Kammer – 1º Secretário
Edgar Preis – 2º Secretário
Tiago Dagostin Paseto – 1º Conselheiro
Amélio Rosso – 2º Conselheiro
Odo Daltoé – 3º Conselheiro
Geraldo Manique BARreto – 1º Conselheiro Suplente
Lodejane Zanoni – 2º Conselheiro Suplente
Anita Borges Fabris – 3º Conselheiro Suplente

Conselho Fiscal

Sérgio Miranda – Membro Titular
Jair Rosso – Membro Titular
Danilo Bratti – Membro Titular
Jaqueline Izabel Pereira – Membro Suplente
José Luiz Back – Membro Suplente
Clênio José Ricken – Membro Suplente

Direção Geral e Coordenação

Estela Maria Wesler Martinhago – Contadora

Supervisão

Rogério Braz Feller – Gerente Geral

Auditoria

MullerEyng Auditores

Agradecimentos

Conselho de Administração e Fiscal
Departamento Técnico e Engenharia
Departamento Contábil
Departamento Financeiro
Departamento Recursos Humanos
Departamento TI
Departamento Comercial
Departamento Cooperativismo
Setor de Regulamentação
Funcionários da COOPERA em geral

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA, os senhores: Sergio Miranda, Jair Rosso, Danilo Bratti, Jaqueline Izabel Pereira, José Luiz Back e Clênio José Ricken reuniram-se para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial; Contas de Sobras e Perdas; Documentos Estatísticos e demais documentos, compreendendo o período entre primeiro de janeiro e trinta e um de dezembro do ano de dois mil e dezessete, bem como o relatório da Diretoria. Depois de procedido ao exame detalhado das contas e demonstrativos, resolveram emitir o seguinte parecer:

Em cumprimento às determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, analisando as sobras líquidas e o volume financeiro da COOPERA, sugerem por unanimidade a destinação das sobras líquidas apuradas no exercício do ano de 2017 e que sejam integralizadas para a conta capital do associado.

Ainda baseadas nas reuniões regulamentares até a presente data, nos quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados pelo Conselho de Administração, declaramos que após exame de caixa, contas a pagar, conciliação bancária, balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade, almoxarifado e demais documentos, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e em vista da realização da Assembleia Geral Ordinária marcada para o dia 23 de março de 2018, cujo edital de convocação já foi divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA, somos de parecer favorável no sentido de que sejam aprovadas as contas pela Assembleia Geral Ordinária. Forquilha, 21 de março de 2018. Sérgio Miranda (1º Conselheiro Efetivo), Jair Rosso (2º Conselheiro Efetivo), Danilo Bratti (3º Conselheiro Efetivo), Jaqueline Izabel Pereira (1ª Conselheira Suplente), José Luiz Back (2º Conselheiro Suplente), Clênio José Ricken (3º Conselheiro Suplente).

Conselho Fiscal:

Efetivos:



Sérgio Miranda
1º Conselheiro

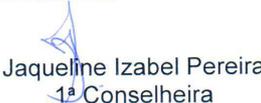


Jair Rosso
2º Conselheiro



Danilo Bratti
3º Conselheiro

Suplentes:



Jaqueline Izabel Pereira
1ª Conselheira



José Luiz Back
2º Conselheiro



Clênio José Ricken
3º Conselheiro

Demonstrações Contábeis Societárias

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

I - Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2017	2016
<u>Circulante</u>		<u>37.619,52</u>	<u>55.259,63</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	14.861,44	36.946,39
Consumidores/Clientes	7	21.946,77	19.901,58
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7	(6.928,13)	(7.892,73)
Serviços em Curso	8	443,44	575,55
Tributos Compensáveis	9	1.852,69	2.075,01
Depósitos Judiciais	10	337,27	337,27
Almoxarifado Operacional	11	150,88	110,04
Investimentos Temporários	12	0,00	93,58
Ativos Financeiros Setoriais	13	4.054,22	1.768,36
Despesas pagas antecipadamente	14	217,73	213,41
Outros Ativos Circulantes	15	683,22	1.131,16
<u>Não Circulante</u>		<u>75.881,14</u>	<u>86.535,69</u>
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>37.271,77</u>	<u>36.301,88</u>
Consumidores/Clientes	7	1.470,04	2.292,62
Tributos Compensáveis	9	433,72	686,67
Ativo Indenizável (Permissão)	16	35.368,01	33.322,59
Investimentos	17	469,30	833,11
Imobilizado Não Vinculado a Permissão	18	0,00	490,95
Intangível	19	38.140,07	48.909,76
TOTAL DO ATIVO		<u>113.500,66</u>	<u>141.795,32</u>

PASSIVO	NE	2017	2016
<u>Circulante</u>		<u>15.400,97</u>	<u>51.747,74</u>
Fornecedores	20	3.813,24	3.479,99
Obrigações Sociais e Trabalhistas	21	1.634,97	1.246,93
Tributos	9	274,55	388,91
Encargos do Consumidor a recolher	23	2.603,79	1.092,81
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	24	2.066,51	1.913,27
Passivos Financeiros Setoriais	25	200,51	6.279,22
Repasse a Realizar Desmembramento	26	0,00	31.621,48
Outros Passivos Circulantes	28	4.807,42	5.725,12
<u>Não Circulante</u>		<u>5.871,66</u>	<u>5.206,77</u>
Empréstimos e Financiamentos	22	171,10	234,19
Provisões para Litígios	27	335,00	335,00
Outros Passivos Não Circulantes	28	5.365,57	4.637,58
<u>Patrimônio Líquido</u>	30	<u>92.228,02</u>	<u>84.840,81</u>
Capital Social		13.495,28	15.351,14
<u>Reservas de Sobras</u>		<u>76.410,74</u>	<u>65.647,24</u>
<u>Reservas Estatutárias</u>		<u>76.410,74</u>	<u>65.647,24</u>
Reserva Legal		27.455,08	18.947,27
FATES		3.101,50	3.468,02
Reserva de Manut. Ampliação e Melhoria		45.854,15	43.231,94
<u>Sobras ou Perdas a Disposição da AGO</u>		<u>2.322,01</u>	<u>3.842,43</u>
Sobras a Disposição da AGO		2.322,01	3.842,43
TOTAL DO PASSIVO		<u>113.500,66</u>	<u>141.795,32</u>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
II - Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>NE</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita Operacional	32	105.013,65	99.113,36
Fornecimento de Energia Elétrica		95.972,90	89.812,11
Receita de Construção		4.797,21	6.373,24
Outros Ingressos Operacionais		4.243,54	2.928,00
(-) Deduções da Receita Operacional	34	(32.293,04)	(31.830,35)
Impostos e Contribuições Sobre a Receita		(17.508,71)	(16.051,01)
Encargos Setoriais		(14.784,34)	(15.779,34)
(=) Receita Operacional Líquida	35	72.720,60	67.283,01
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica		(57.333,64)	(42.454,65)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(39.031,56)	(25.435,03)
Custo de Operação		<u>(18.302,08)</u>	<u>(17.019,63)</u>
Pessoal		(6.036,69)	(5.753,64)
Material		(627,52)	(512,92)
Serviços de Terceiros		(777,32)	(883,72)
Amortizações		(3.299,93)	(3.260,31)
Seguros		(22,78)	(29,01)
Tributos		(14,48)	(23,55)
Outros Custos de Operação		(2.726,16)	(183,25)
Custo de Construção		(4.797,21)	(6.373,24)
(=) Resultado Operacional Bruto		15.386,96	24.828,36
(-) Despesas Operacionais		(7.343,48)	(10.359,38)
Despesas com vendas		488,16	(1.016,73)
Despesas Gerais e Administrativas		(6.936,45)	(8.582,50)
Pessoal e Administradores		(3.710,67)	(3.508,47)
Material		(133,84)	(295,60)
Serviços de Terceiros		(1.353,44)	(1.435,77)
Amortizações		(111,85)	(389,55)
Seguros		(13,07)	(18,87)
Provisões		(74,56)	(808,63)
Tributos		(101,87)	(96,91)
Outras despesas		(1.437,15)	(2.028,69)
Outras Despesas Operacionais		(895,19)	(760,16)
(=) Resultado do Serviço		8.043,48	14.468,98
(+) Resultado Financeiro	36	3.630,74	5.871,80
Receitas Financeiras		3.923,99	7.369,34
Despesas Financeiras		(293,25)	(1.497,54)
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		11.674,22	20.340,78
(-) IRPJ	38	(736,64)	(1.229,43)
(-) CSLL	38	(274,55)	(451,24)
(=) Resultado Líquido do Exercício		10.663,02	18.660,11

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
III - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial			Reservas de Sobras			Sobras	Totais
	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	FATES	Reserva de Manut., Ampl. e Melhoria	Perdas Acumuladas	
Saldo em 31/12/2015	12.404,07	0,00	0,00	42.841,31	3.059,45	37.897,10	2.244,49	98.446,42
Aumento de Capital:								
Por Integralização de Quotas	12,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,31
Ajuste/Créditos Não Reclamados	0,00	0,00	0,00	42,59	0,00	0,00	0,00	42,59
Devolução de Capital	(699,14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(699,14)
Utilização de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	(620,43)	0,00	620,43	0,00
Transferência p/desmembramento	0,00	0,00	0,00	(31.621,48)	0,00	0,00	0,00	(31.621,48)
Incorporação de Reservas	1.389,41	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.389,41)	0,00	0,00
Destinação do Resultado - AGO								
Distribuição de Sobras	2.244,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.244,49)	0,00
Resultado Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.660,11	18.660,11
Destinações Estatutárias	0,00	0,00	0,00	7.684,86	1.029,00	6.724,25	(15.438,11)	0,00
Saldo em 31/12/2016	15.351,14	0,00	0,00	18.947,27	3.468,02	43.231,94	3.842,43	84.840,81
Aumento de Capital:								
Por Integralização de Quotas	11,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,59
Créditos Não Reclamados	0,00	0,00	0,00	580,28	0,00	0,00	0,00	580,28
Devolução de Capital	(18,47)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(18,47)
Utilização de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.029,00)	0,00	1.029,00	0,00
Transferência p/desmembramento	(3.573,39)	0,00	0,00	3.283,52	0,00	0,00	0,00	(289,87)
Incorporação de Reservas	1.441,31	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.441,31)	0,00	0,00
Destinação do Resultado - AGO								
Distribuição de Sobras	283,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.842,43)	(3.559,34)
Resultado Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.663,02	10.663,02
Destinações Estatutárias	0,00	0,00	0,00	4.644,01	662,48	4.063,51	(9.370,01)	0,00
Saldo em 31/12/2017	13.495,28	0,00	0,00	27.455,08	3.101,50	45.854,15	2.322,01	92.228,02

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

IV - Demonstração do Fluxo de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(21.668,85)	10.641,86
Recebimentos de Consumidores	85.595,98	81.795,48
Subsídios tarifários e Redução Tarifária	2.529,17	1.392,07
Outros Recebimentos Operacionais	1.782,22	922,66
Fornecedores - Materiais e Serviços	(4.482,74)	(3.841,86)
Fornecedores - Energia Elétrica	(31.249,94)	(18.564,69)
Salários e Encargos Sociais	(9.179,34)	(8.925,74)
Tributos sobre a Receita - Federais	(1.579,56)	(1.644,98)
Tributos sobre a Receita - Estaduais	(17.146,62)	(17.407,11)
Repasse COSIP e outros convenios	(3.410,97)	(2.866,48)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(6.762,43)	(3.110,03)
Demais Encargos Regulatórios	(13.270,46)	(13.538,16)
Dispendios cobertos pelo FATES	(705,86)	(1.140,09)
Repasse Desmembramento	(22.561,90)	0,00
Outras Despesas Operacionais	(1.226,40)	(2.429,22)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(2.833,45)	(6.755,93)
Intangível	(2.833,45)	(6.755,93)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(24.502,31)	3.885,93
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	2.417,35	2.654,04
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(72,80)	(1.804,64)
Receitas de Aplicações Financeiras	2.286,27	4.225,33
Integralização de Capital	11,59	12,31
Devolução de Capital	(18,47)	(40,00)
Outras Receitas Financeiras	210,77	261,03
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(22.084,96)	6.539,96
Varição Líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	(22.084,96)	6.539,96
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do Exercício	36.946,39	30.406,43
No fim do Exercício	14.861,44	36.946,39

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
V - Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2017	2016
Receitas		105.427,25	97.288,01
Venda de Energia e Serviços	32	100.770,11	96.185,35
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		413,60	(1.825,35)
Outros Resultados Operacionais	32	4.243,54	2.928,00
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros		(51.815,24)	(37.956,26)
<u>Insumos Consumidos</u>		<u>(51.815,24)</u>	<u>(37.956,26)</u>
Energia Comprada para Revenda		(39.031,56)	(25.435,03)
Outros Insumos Adquiridos		(5.095,03)	(3.019,98)
Material e Serviços de Terceiros		(2.892,12)	(3.128,01)
Custo de Construção		(4.796,53)	(6.373,24)
(=) Valor Adicionado Bruto		53.612,00	59.331,75
(-) Quotas de Amortização		(3.411,77)	(3.649,86)
(=) Valor Adicionado Líquido		50.200,23	55.681,89
(+) Valor Adicionado Transferido		3.923,99	7.369,34
Receitas Financeiras	36	3.923,99	7.369,34
(=) Valor Adicionado a Distribuir		54.124,22	63.051,23
Distribuição do Valor Adicionado:		(54.124,22)	(63.051,23)
Pessoal		(7.876,56)	(7.471,56)
Remunerações		(6.606,95)	(6.285,70)
Encargos Sociais - FGTS		(650,41)	(610,35)
Convênio Assistencial e Outros Benefícios		(619,19)	(575,52)
Impostos e Contribuições		(35.291,40)	(35.422,02)
Federal		(17.666,34)	(19.250,55)
Estadual		(17.610,38)	(16.158,18)
Municipal		(14,68)	(13,29)
Financiadores		(293,25)	(1.497,54)
Outros Encargos Financeiros	36	(293,25)	(1.497,54)
Cooperados		(10.663,02)	(18.660,11)
Sobras Retidas	30	(10.663,02)	(18.660,11)
Valor Adicionado (médio) por Empregado		636,76	788,14

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

VI - Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2017			2016		
Receita Líquida (RL)		72.720,60			67.283,01	
Resultado Operacional (RO)		8.043,48			14.468,98	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		9.236,92			8.780,48	
2 Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	% S/FPB	%S/RL	Valor (R\$)	% S/FPB	%S/RL
Alimentação	131,45	1,42%	0,18%	99,68	1,14%	0,15%
Encargos Sociais Compulsórios	2.386,03	25,83%	3,28%	2.181,58	24,85%	3,24%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	326,09	3,53%	0,45%	306,52	3,49%	0,46%
Segurança e saúde no trabalho	28,84	0,31%	0,04%	43,00	0,49%	0,06%
Educação	43,07	0,47%	0,06%	46,84	0,53%	0,07%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	97,46	1,06%	0,13%	89,56	1,02%	0,13%
Creches ou auxílio-creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos lucros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros (Seguros)	61,90	0,67%	0,09%	56,54	0,64%	0,08%
Total - Indicadores Laborais	3.074,84	33,29%	4,23%	2.823,72	32,16%	4,20%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	% S/RO	%S/RL	Valor (R\$)	% S/RO	%S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	32.293,04	401,48%	44,41%	31.830,35	219,99%	47,31%
Total - Indicadores Sociais	32.293,04	401,48%	44,41%	31.830,35	219,99%	47,31%
4 Indicadores do Corpo Funcional		Em Unidades			Em Unidades	
Empregados ao final do período		82			83	
Admissões durante o período		3			9	
Demissões no período		4			4	
Empregados acima de 45 anos		25			20	
Mulheres que trabalham na empresa		20			17	
Deficientes físicos		0			0	
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		17,46			17,46	
Número total de acidentes de trabalho		2			1	

Notas

Explicativas Das

Demonstrações

Contábeis

Societárias

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota 01 – Contexto Operacional

A Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Forquilha, estado de Santa Catarina, Brasil, e tem como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como atividades preponderantes a distribuição de energia elétrica e a prestação de serviços aos seus cooperados.

Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2017, a COOPERA realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

Nota 02 – Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.564 de 23 de setembro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 28 de novembro de 2008.

Prazo da permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contrato.

Objetivo da permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

Áreas de permissão – municípios de Forquilha, Criciúma e Nova Veneza, todos no Estado de Santa Catarina.

Nota 03 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações (alterada pelas leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009) na preparação de suas demonstrações contábeis, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades.

Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 750/1993, 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

A cooperativa não possui outros resultados abrangentes, motivo pelo qual não está apresentando a demonstração do resultado do exercício abrangente, pois esta equivale a demonstração do resultado do exercício.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Nota 04 – Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei n.º 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade.

a) Isenções Adotadas

Na preparação das demonstrações contábeis da data de transição de acordo como o CPC 43 – Adoção Inicial dos CPC’s 15 a 40, a Cooperativa aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva dos novos pronunciamentos contábeis.

A Cooperativa adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa:

- Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros: a Cooperativa optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 38 na data de transição dos novos CPC’s. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos

financeiros vigentes na data de transição. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.

- Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01: a Cooperativa considerou impraticável remensurar os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando por manter o custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, adotada anteriormente como valor do imobilizado, como: (I) ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados e que serão amortizados até o final da concessão e (II) ativo financeiro indenizável, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

Descrição dos principais ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações contábeis da Cooperativa:

(b.1) Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual). As empresas devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Cooperativa, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

(b.2) Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05) – Estas normas orientam os concessionários e permissionários sobre a forma de contabilização de concessão de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviço.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de permissão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da permissão, a Cooperativa reconheceu: (I) um ativo intangível correspondente à permissão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para realização dos serviços públicos, e (II) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pela concedente.

O ativo intangível da cooperativa, reconhecido como remuneração pela prestação de serviço de construção é mensurado pelo custo de aquisição.

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de permissão será calculado pelo órgão concedente em função da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Considerando que ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor, esse ativo financeiro já se encontra a valor presente.

(b.3) Contratos de Construção (CPC 17) – Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico a Cooperativa contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, conforme na nota explicativa n. 5 (I.2).

Nota 05 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Conversão de Operações em Moeda Estrangeira

A Cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos em curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações em curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para

créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

d) Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

f) Ativo Indenizável (Permissão)

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica, OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

g) Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída ou adquirida pelo operador, ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 – Ativos Intangíveis e o ICPC 01 – Contratos de Concessão e do CPC 05 – Contratos de Construção.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

h) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

i) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da permissionária são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da cooperativa.

j) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

k) Receitas e Despesas

A permissionária segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(k.1) Receita não faturada – Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

(k.2) Receita e custo de construção – A ICPC 01 estabelece que a permissionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviço de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A Cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da Cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, com custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

l) Tributação dos resultados

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não

associados nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

m) Taxas Regulamentares

(m.1) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

(m.2) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

(m.3) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE) – Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pela concessionária ou permissionária.

Nota 06 – Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 14.861,44 mil e R\$ 36.946,39 mil respectivamente, conforme segue:

Contas	Tipo de aplicação	Remuneração	2017	2016
Caixa e bancos			16,56	22,56
Numerários em trânsito			198,98	97,45
Aplicações no Mercado Aberto				
Banco do Brasil S/A	Fundo de Aplicação	0,50%	739,81	609,08
Banco Safra S/A	Fundo de Aplicação	0,80%	808,77	3.775,10
XP Invest. Corretora de Cambio	Fundo de Aplicação	0,75%	1.528,11	0,00
Banco BRADESCO S/A	Fundo de Aplicação	0,78%	356,63	30,33
Caixa Econômica Federal	Fundo de Aplicação	0,50%	1.081,94	8.399,06
CREDISULCA	Fundo de Aplicação	0,78%	1.048,55	4.773,96
UNICREDI	Fundo de Aplicação	0,55%	4.737,60	8.805,75
SICREDI	Fundo de Aplicação	0,75%	4.274,92	5.793,83
Banco Industrial e Comercial S/A	Fundo de Aplicação	0,78%	0,00	4.625,26
Banco CREDIJA	Fundo de Aplicação	0,80%	69,57	14,02
Total			14.645,89	36.826,39
			14.861,44	36.946,39

Nota 07 – Clientes e Provisão para Devedores Duvidosos

Os valores a receber são provenientes, principalmente do fornecimento de energia elétrica aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor de fornecimento faturado e não faturado, este baseado em estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Consumidores	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/devedores duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/devedores duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	até 90 dias	91 até 180 dias	181 até 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
ATIVO CIRCULANTE														
Consumidores	11.886,17	0,00	1.712,92	168,00	26,00	4.167,61	(4.351,39)	132,02	1.148,21	29,84	2.675,99	(2.576,75)	15.018,64	12.008,85
Fornecimento	10.115,46	0,00	1.642,58	159,93	23,80	2.985,47	(3.270,93)	132,02	1.148,21	29,84	2.675,99	(2.576,75)	13.065,62	9.985,25
Residencial	1.628,07	0,00	657,02	11,31	20,53	45,77	(77,61)	13,51	3,94	5,75	3,65	(2,94)	2.309,00	1.867,94
Industrial	7.098,14	0,00	771,77	145,48	1,19	2.920,37	(3.172,70)	101,11	1.140,66	19,13	2.667,98	(2.571,05)	9.122,09	6.639,00
Comercial	576,91	0,00	136,54	1,59	1,26	16,72	(18,02)	13,65	3,40	3,57	2,78	(1,20)	737,20	604,75
Rural	433,20	0,00	75,96	1,55	0,81	2,60	(2,60)	3,75	0,21	1,39	1,58	(1,56)	516,90	468,19
Poder Público	86,90	0,00	1,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,17	69,76
Iluminação Pública	228,13	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228,15	276,66
Serviço Público	64,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64,12	58,95
Serviço Taxado	13,49	0,00	14,66	1,03	1,50	2,52	(4,85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,34	19,70
Renda não faturada	1.668,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.668,21	1.533,96
Participação Financeira	46,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46,15	65,22
Outros Créditos	84,47	0,00	55,69	7,04	0,70	1.179,62	(1.075,60)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251,93	442,75
Encargos Moratórios	84,47	0,00	55,69	7,04	0,70	103,58	(104,57)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146,92	442,75
Cobrança Judicial Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.076,04	(971,03)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,01	0,00
Arrecadação Processo Classificação	(41,62)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(41,62)	(38,04)
ATIVO NÃO CIRCULANTE														
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050,35	0,00	0,00	(580,31)	1.470,04	2.292,62
Fornecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.292,62
Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.292,62
Outros Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050,35	0,00	0,00	(580,31)	1.470,04	0,00
Cobrança Judicial Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050,35	0,00	0,00	(580,31)	1.470,04	0,00

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- (a) Análise individual do saldo de cada consumidor, obtendo um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- (b) Experiência da administração da cooperativa em relação às perdas efetivas com consumidores, considerando o histórico de perdas, com parâmetro nos dois últimos anos;
- (c) Existência de garantias reais;
- (d) Análise das contas vencidas e a vencer de consumidores que tenham renegociado seus débitos;
- (e) Análise dos devedores em situação de concordata e/ou falência.

Para os demais casos, foram incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa os valores totais dos créditos enquadrados nas seguintes situações:

- (a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- (b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Nota 08 – Serviços em Curso

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 443,44 mil e R\$ 575,55 mil respectivamente, conforme segue:

Contas	2017	2016
<u>Ativo Circulante</u>		
<u>Serviços em curso</u>	443,44	575,55
<u>Serviços Próprios</u>	418,97	528,67
Projeto PEE	375,76	370,76
Manutenção de Linhas e Redes	43,21	157,91
<u>Serviços Prestados à Terceiros</u>	24,47	46,88

No ano de 2014, a COOPERA iniciou a aplicação do projeto de PEE – Programa de Eficiência Energética, que envolve projetos voltados para a conscientização da população quanto ao uso racional de energia elétrica. No ano de 2017 foi dado continuidade ao projeto que se encerrará em 2018.

Todos estes custos de implantação foram controlados através de ordens em curso, contabilizados na rubrica “Serviços Próprios”.

Nota 09 – Tributos Compensáveis e Tributos a Pagar

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 2.286,41 mil e R\$ 2.761,68 mil respectivamente, para contas do Ativo; 274,55 mil e R\$ 388,91 mil respectivamente, para contas do Passivo, conforme segue:

Contas	2017	2016
<u>Ativo Circulante</u>		
ICMS a compensar	1.012,05	1.501,87
ICMS a compensar - Imobilizado	439,01	550,92
IRRF s/Aplicações Financeiras	391,95	15,80
Contribuições Federais a Recuperar	9,68	6,43
	1.852,69	2.075,01
<u>Ativo Não Circulante</u>		
ICMS a compensar - Imobilizado	433,72	686,67
	433,72	686,67
<u>Passivo Circulante</u>		
ICMS a recolher	0,00	0,00
IRRF a recolher	5,27	5,03
FGTS a pagar	65,55	59,11
CSRF a recolher	3,51	3,22
IRPJ ato não cooperativo a recolher	0,00	116,66
ISS a recolher	0,07	8,04
INSS a recolher	172,12	144,41
PIS folha a recolher	10,44	9,72
CSLL ato não cooperativo a recolher	17,58	42,72
	274,55	388,91

a) ICMS a Recuperar

Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

b) Imposto de Renda a Compensar

Os valores registrados como Imposto de Renda a compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte.

c) Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 38.

d) Proibição ao Crédito do ICMS nas Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado

O crédito de ICMS nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado é matéria consagrada na legislação federal e estadual, sendo pacífica a sua utilização em 48 parcelas a partir da

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

aquisição do bem. Contudo, o fisco catarinense tem se manifestado contrariamente a utilização do crédito quando referente a bens destinados a construção de redes de energia elétrica, argumentando tratar-se de construção civil, sendo matéria tributária municipal.

A administração da cooperativa discorda das manifestações do fisco amparada nas disposições da Lei Complementar n.º 87 e na ausência de vedações expressas na legislação sobre ICMS no Estado de Santa Catarina.

Em 15 de fevereiro de 2007 foi editada a Lei 13.992, dispondo, entre outros assuntos, sobre alterações na Lei 10.297, de 26 de dezembro de 1996. Uma das alterações tratou sobre a dispensa das cooperativas de eletrificação rural de estornarem os créditos fiscais de ICMS, advindos das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado no período de dezembro de 2001 a dezembro de 2006, sinalizando no sentido da proibição do crédito para os períodos seguintes.

Caso a intenção do fisco seja a de proibir a utilização do crédito de ICMS, sem fazer distinção a determinado tipo de bem, os valores correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2006, assim como os créditos gerados a partir de janeiro de 2007 não poderão ser utilizados e deverão compor o custo das aquisições, complementarmente.

Diante da ausência de notificação formal por parte do fisco catarinense e do caráter inovador da matéria, a administração da cooperativa decidiu manter a apropriação dos créditos de ICMS nas aquisições de equipamentos destinados a instalação nas redes de distribuição, classificando como possível os efeitos contrários à sua utilização.

Nota 10 – Depósitos Judiciais

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 337,27 mil e R\$ 337,27 mil respectivamente, conforme segue:

Contas	2017	2016
Ativo Circulante		
Ações Trabalhistas	335,00	335,00
Ações Cíveis	2,27	2,27
	337,27	337,27

Nota 11 – Almoxarifado Operacional

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 150,88 mil e R\$ 110,04 mil respectivamente, conforme segue:

	2017	2016
Estoques		
Iluminação	17,86	44,26
Acessórios p/padrão de medição	20,93	13,71
Acessórios de rede	101,77	47,64
Combustíveis	8,60	3,77
Materiais em Conserto/Sucatas	1,73	0,65
	150,88	110,04

Nota 12 – Investimentos Temporários

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 0,00 mil e R\$ 93,58 mil respectivamente, conforme segue:

Contas	2017	2016
<u>Titulos e Valores Mobiliários</u>		
Ourocap Banco do Brasil	0,00	93,58

Nota 13 – Ativos Financeiros Setoriais

Em 2017 a COOPERA reconheceu contabilmente as variações dos encargos regulatórios ativos. Sobre o valor calculado, está aplicando a correção conforme o índice do IPCA. Apesar de esses métodos terem origem puramente regulatória, a permissionária entende que esses valores têm influência líquida e certa na variação da tarifa de energia resultante dos reajustes e/ou revisão tarifária.

Contas	2017	2016
<u>Neutralidade da Parcela A</u>	4.054,22	1.768,36
CDE - Cota de Desenvolvimento Energético	238,06	507,97
PROINFA	12,06	1,68
TFSEE - taxa de Fiscalização	0,00	1,20
PIS/COFINS Compra de Energia	1.891,73	1.257,51
EUST - Encargo de Uso do Sistema de Transmissão	537,56	0,00
Ajustes dos Financeiros	1.374,81	0,00

Nota 14 – Despesas Pagas Antecipadamente

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 217,73 mil e R\$ 213,41 mil respectivamente, conforme segue:

Contas	2017	2016
<u>Despesas Pagas Antecipadamente</u>	217,73	213,41
Prêmios de Seguro	17,25	20,45
PROINFA	177,40	192,68
Outras Despesas pagas antecipadamente	23,08	0,27

Nota 15 – Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

A composição dos saldos das contas Outros Ativos Circulantes totalizou em 31 de dezembro de 2017 e 2016, R\$ 683,22 mil e R\$ 1.131,16 mil respectivamente, conforme quadro.

Contas	2017	2016
<u>Outros Ativos Circulantes</u>	683,22	1.131,16
Empregados	119,32	160,00
Rendas a Receber	102,42	93,14
DMR Repasse Eletrobrás	13,47	19,69
Subsídio CDE - Repasse Eletrobrás	170,04	410,55
Títulos de créditos a receber	260,86	352,36
Desativações e Alienações em curso	17,11	95,42

Nota 16 – Ativo Indenizável (permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n. 022/2008, de 28 de novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis,

ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (permissão) está assim apresentada:

Saldo em 31/12/2015	32.960,52
Adições	420.044,60
Baixas	(419.682,53)
Saldo em 31/12/2016	33.322,59
Adições	412.094,31
Baixas	(410.048,88)
Saldo em 31/12/2017	35.368,01

Nota 17 – Investimentos

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 469,30 mil e R\$ 833,11 mil respectivamente, conforme segue:

	2017	2016
Oficina Técnica Extremo Sul	0,00	31,33
Sicred	110,62	91,41
Credisulca	282,82	245,42
Credija	6,86	6,86
Unicred	68,99	28,22
CCCL - Cooperativa Central Catse de Laticínios Ltda.	0,00	143,94
Do Vale Alimentos	0,00	287,47
(-) Investimento Oficina Fecoeorusc	0,00	(1,55)
	469,30	833,11

Nota 18 – Imobilizado Não Vinculado a Permissão

Os valores dos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são de R\$ 0,00 mil e R\$ 490,95 mil respectivamente, conforme segue:

Conta	2017	2016
Terrenos	0,00	490,95

Nota 19 – Intangível

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 38.140,07 mil e R\$ 48.909,76 mil respectivamente, conforme segue:

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf.Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Direito de uso da permissão em Serviço	98.356,88	(18.288,89)	80.067,99	(33.322,59)	0,00	46.745,40
Direito de uso da permissão em Curso	2.091,62	0,00	2.091,62	0,00	0,00	2.091,62
Outros intangíveis	265,57	(192,83)	72,74	0,00	0,00	72,74
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100.714,07	(18.481,72)	82.232,35	(33.322,59)	0,00	48.909,76
Direito de uso da permissão em Serviço	93.082,97	(21.066,27)	72.016,70	(35.368,01)	0,00	36.648,68
Direito de uso da permissão em Curso	1.439,95	0,00	1.439,95	0,00	0,00	1.439,95
Outros intangíveis	265,07	(213,63)	51,44	0,00	0,00	51,44
Saldo em 31 de dezembro de 2017	94.787,99	(21.279,91)	73.508,08	(35.368,01)	0,00	38.140,07

a) Contrato de Permissão

O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria. A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela COOPERA, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

b) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações segue abaixo:

DISTRIBUIÇÃO	Custo Histórico	Amortização e Depreciação acumulada	Valor líquido	
			2017	2016
Participações e Doações	4.414,74	(705,64)	3.709,11	3.420,75
Em Serviço	4.279,11	(705,64)	3.573,48	3.276,66
Participação financeira do consumidor	755,84	(120,72)	635,12	565,53
Doações, Subvenções Destinadas a investimentos	3.523,28	(584,91)	2.938,36	2.711,12
Em Curso				
Participação financeira do consumidor	135,63	0,00	135,63	144,09

Nota 20 – Fornecedores

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 3.813,24 mil e R\$ 3.479,99 mil respectivamente, conforme segue:

	2017	2016
Total Fornecedores	3.813,24	3.479,99
Encargos de Uso da Rede Elétrica	533,37	207,82
Suprimento de Energia Elétrica	2.955,63	2.688,64
CELESC S/A	2.955,63	2.688,64
Materiais e Serviços	324,23	583,53

Nota 21 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

A composição dos saldos das contas “Folha de pagamento e Provisões Trabalhistas” totalizou em 31 de dezembro de 2017 e 2016, R\$ 1.635,00 mil e R\$ 1.246,93 mil respectivamente, conforme quadro.

	2017	2016
<u>Folha de pagamento</u>		
Honorários Diretoria e Cédula de Presença	14,73	0,00
Salários e Ordenados	293,24	0,00
IRRF a recolher - Funcionários	174,87	166,40
INSS a recolher - Funcionários	43,24	39,67
Contribuições Sindicais	0,36	0,26
Mensalidade Associação dos Funcionários	1,16	1,16
Pensão Alimentícia Judicial	3,26	1,91
Credito Consignação folha	<u>2,89</u>	<u>7,01</u>
	533,74	216,41
<u>Provisões Trabalhistas</u>		
Férias	793,71	756,17
Encargos Sociais sobre Férias	<u>307,55</u>	<u>274,35</u>
	1.101,26	1.030,52
TOTAL	1.635,00	1.246,93

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
 Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
 CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

Nota 22 – Empréstimos e Financiamentos

As obrigações com financiamentos no valor total de R\$ 171,10 mil, estão representadas pelo contrato junto ao Banco do Brasil S/A no Programa Especial de Saneamento Cooperativo com vencimento em março de 2020.

Instituição	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Programa Especial de Saneamento Cooperativo	0,00	171,10	0,00	234,19
	0,00	171,10	0,00	234,19

Nota 23 – Encargos do Consumidor a Recolher

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 2.603,79 mil e R\$ 1.092,81 mil respectivamente, conforme segue:

	2017	2016
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	674,86	742,60
Taxa de fiscalização	9,47	12,37
Bandeiras Tarifárias	1.919,46	337,84
	2.603,79	1.092,81

Nota 24 – Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

A composição dos saldos das contas “Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética” totalizou em 31 de dezembro de 2017 e 2016, R\$ 2.066,51 mil e R\$ 1.913,27 mil respectivamente, conforme quadro.

Saldos	P&D	PEE	Total
Em 2015	244,81	1.346,29	1.591,10
Constituições	0,00	0,00	0,00
Juros SELIC	76,19	245,99	322,18
Estorno cálculo a maior	0,00	0,00	0,00
Estorno correção a maior	0,00	0,00	0,00
Utilizado em projeto	0,00	0,00	0,00
Em 2016	321,00	1.592,28	1.913,27
Constituições	0,00	0,00	0,00
Juros SELIC	31,96	121,27	153,23
Estorno cálculo a maior	0,00	0,00	0,00
Estorno correção a maior	0,00	0,00	0,00
Utilizado em projeto	0,00	0,00	0,00
Em 2017	352,95	1.713,55	2.066,51

Nota 25 – Passivos Financeiros Setoriais

A composição dos saldos das contas “Neutralidade e Ressarcimento de reposição tarifária” totalizou em 31 de dezembro de 2017 e 2016, R\$ 200,51 mil e R\$ 6.279,22 mil respectivamente, conforme quadro.

Instituído por meio da Resolução Normativa nº 547/13, de 16 de abril de 2013, o regime de bandeiras tarifárias teve início em janeiro de 2015 e consiste no repasse imediato ao consumidor de eventual aumento de custos na geração de energia elétrica.

As faixas de acionamento e os valores para as bandeiras tarifárias foram estabelecidos pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 1.859/15, de 3 de março de 2015. As bandeiras são divididas em verde, quando há condições favoráveis para a geração de energia e não há necessidade de cobrança adicional; amarela, quando as condições se tornam menos favoráveis e a tarifa passa a sofrer um acréscimo a cada quilowatt-hora (kWh) consumido; e vermelha, quando a produção de energia é mais custosa e a tarifa sobre um acréscimo maior.

Conforme Despacho nº 3.887 de 1º de dezembro de 2015, houve superávit na arrecadação da conta bandeiras, ficando a permissionária com saldo de passivo financeiro para adequação na Revisão Tarifária de 2016.

	2017	2016
<u>Passivos Financeiros Setoriais</u>	<u>200,51</u>	<u>6.279,22</u>
Neutralidade	<u>197,93</u>	<u>1.322,34</u>
CDE	59,96	1.066,89
PROINFA	130,08	148,68
TFSEE - Taxa de Fiscalização	7,89	2,78
Programa PEE e P&D	0,00	104,00
Ressarcimento de reposição tarifária	<u>2,58</u>	<u>4.956,88</u>
Superavit Bandeiras Tarifárias	2,58	4.956,88

Nota 26 - Repasses a realizar Desmembramento

Em 25 de outubro de 2016 a cooperativa realizou assembleia geral extraordinária que autorizou e aprovou o relatório da comissão do desmembramento, no intuito de realizar cisão de parte do seu patrimônio para a criação de uma nova cooperativa denominada COOPERATIVA PIONEIRA DE GERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – COOPERA.

O objetivo deste desmembramento é atender as exigências da Agencia Nacional de Energia Elétrica

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

– ANEEL em virtude da não conformidade com os parágrafos 5º e 6º do artigo 4º da lei 9074/95 que trata da impossibilidade de participação societária em atividades estranhas a distribuição de energia. Conforme balanço de levantamento de 30/09/2016, foi autorizado desmembramento do montante de R\$ 31,2 milhões de reais, conforme demonstrado a baixo.

ATIVO	30/09/16
Circulante	21.860,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.860,97
Não Circulante	9.394,92
Realizável a Longo Prazo	0,00
Parcelamento CCCL	3.714,65
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.714,65)
Investimentos	461,19
Investimentos na Oficina da Fecoesusc	29,78
Investimentos na CCCL	143,94
Participação DoVale Alimentos Ltda.	287,47
Imobilizado	8.933,73
Terrenos	1.582,55
Edificações, Obras e Benfeitorias	6.899,88
Máquinas e Equipamentos	225,70
Móveis e Utensílios	225,60
TOTAL DO ATIVO	31.255,89

Em decorrência do prazo de constituição e abertura na Junta Comercial, ter levado a esta nova cooperativa a possuir registro jurídico a partir do ato constitutivo em 17 de fevereiro de 2017, os registros contábeis de cisão ocorreram somente na referida data.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2016, a Permissionária transferiu do seu patrimônio líquido para o passivo circulante o valor total atualizado a desmembrar no montante de R\$ 31,6 milhões de reais. A atualização deste valor refere-se a receitas financeiras sobre as aplicações existentes e a depreciação do imobilizado.

Nota 27 – Provisão para Litígios

	2017			2016		
	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósito Judicial	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósito Judicial
Trabalhistas	335,00		(335,00)	335,00		(335,00)
	335,00	0,00	(335,00)	335,00	0,00	(335,00)

A Permissionária tem como provisão de ações judiciais o montante de R\$ 335 mil reais. Para as demais ações classificadas como perdas possíveis ou remotas, no valor total de R\$ 4,73 milhões de reais, estão dispensadas de registro contábil conforme Resolução CFC Nº 1.180/09.

Nota 28 – Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 10.172,99 mil e R\$ 10.362,70 mil respectivamente, conforme segue:

	2017	2016
<u>Outros Passivos Circulantes</u>		
Consumidores	17,91	13,73
Obrigações com associados*	430,23	638,84
COSIP a Repassar	226,26	181,15
Transferência crédito de ICMS	555,03	1.793,48
Provisão EUST/Compra de energia	3.197,56	2.799,54
Outros Credores	380,43	298,38
	4.807,42	5.725,12
<u>Outros Passivos Não Circulantes</u>		
Outros Credores - Consórcios	57,94	7,56
Obrigações Vinculadas a Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica*	5.307,62	4.630,02
	5.365,57	4.637,58

Obrigações com associados

No ano de 2012 a cooperativa efetuou a exclusão dos sócios inativos de seu quadro social, totalizando 4.913 cooperados. Os mesmos não estavam mais consumindo energia elétrica a mais de 02 anos de atividade, o que, por força do Artigo 12 do Estatuto Social, permite a exclusão automática do sócio. O valor a ser restituído pelos sócios está contabilizado, dentre outros valores, em Obrigações com Associados, ficando saldo em dezembro de 2016, deste fato, no valor de R\$ 581,19 mil. No exercício de 2017 estes valores foram transferidos para Reserva Legal, em decorrência dos cinco anos passados dos créditos não reclamados. Do montante de 2017, R\$ 373,96 é referente aos valores de distribuição de sobras do exercício de 2016.

Obrigações Vinculadas a Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da permissão.

Nota 29 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.

Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber: apresentados na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 22;

Ativo Indenizável (permissão): apresentado na nota 16.

b) Valor Justo

Instrumentos Financeiros - Ativo	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.861,44	14.861,44	36.946,39	36.946,39
Contas a receber	16.488,67	16.488,67	14.301,48	14.301,48
Total	31.350,11	31.350,11	51.247,87	51.247,87

Instrumentos Financeiros - Passivo	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos	171,10	171,10	234,19	234,19
Total	171,10	171,10	234,19	234,19

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

31 de Dezembro de 2017	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinado a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos financeiros:					
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00	14.861,44	14.861,44
Contas a receber	0,00	0,00	0,00	16.488,67	16.488,67
Total	0,00	0,00	0,00	31.350,11	31.350,11
Passivo financeiro:					
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	171,10	171,10
Total	0,00	0,00	0,00	171,10	171,10

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Riscos de Taxas e Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou

ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a empresa adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 30 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas–partes fixado no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas–partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 22.620 (vinte e dois mil, seiscentos e vinte) cooperados em 31 de dezembro de 2017. Em 2016 eram 21.505 (vinte e um mil, quinhentos e cinco).

a) Natureza e Finalidade das Reservas

Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. É constituído por 40% das sobras do exercício social conforme reforma estatutária de 22/07/2011, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com

terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 35% das sobras líquidas do exercício social conforme reforma estatutária de 22/07/2011, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

b) Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária 2017/2016

	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício		
Lucro do Exercício	81,98	68,39
Sobra do Exercício	10.581,04	18.591,72
Soma	10.663,02	18.660,11
Reversão FATES	1.029,00	620,43
Lucro Líquido do Exercício	81,98	68,39
Sobra Líquida do Exercício	11.610,04	19.212,15
Soma	11.692,02	19.280,54
Destinações Estatutárias	9.370,01	15.438,11
FATES	662,48	1.029,00
Reserva Legal	4.644,01	7.684,86
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	4.063,51	6.724,25
Sobras Líquidas a Disposição da AGO	2.322,01	3.842,43

Nota 31 – Reajuste Tarifário Anual

No ano de 2017 passamos pelo Reajuste Tarifário Anual, onde as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M.

As tarifas de aplicação da COOPERA, foram reajustadas em 31 de outubro de 2017, em 10,79% (dez vírgula setenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, entrando em vigor a partir de 1º de novembro de 2017 a 29 de setembro de 2018.

Nota 32 – Ingressos/Receitas Operacionais

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 105.013,65 mil e R\$ 99.113,36 mil respectivamente, conforme segue:

	2017	2016
a) Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	9.008,19	6.502,70
Industrial	19.892,07	15.911,91
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.833,25	2.252,80
Rural	1.921,59	1.372,24
Poder Público	408,13	295,57
Iluminação Pública	1.308,25	941,88
Serviço Público	344,60	258,07
(-) Receita Ultr.Demanda e Exc. Reativos	(433,67)	(313,73)
	35.282,40	27.221,44
b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	11.253,34	10.448,94
Industrial	33.739,12	34.138,90
Comercial, Serviços e Outras Atividades	3.052,37	2.976,87
Rural	2.318,96	2.161,21
Poder Público	463,49	435,74
Iluminação Pública	1.209,53	1.141,56
Serviço Público	340,02	325,88
	52.376,83	51.629,10
c) Neutralidade da Parcela A		
Encargos Setoriais	1.449,83	1.036,84
Ajuste Financeiro da Tarifa	1.374,81	4.753,64
Superavit Bandeiras Tarifárias	4.958,10	2.478,44
EUST/EUSD	530,93	2.692,66
	8.313,67	10.961,58
d) Fornecimento de energia elétrica (a+b+c)	95.972,90	89.812,11
e) Receita de construção	4.797,21	6.373,24
f) Receita de Atividade Não Vinculada		
Arrendamento e Aluguéis	736,82	576,62
Outros Ingressos - Taxa de Convênio	162,91	136,12
	899,73	712,74
g) Outras Receitas Vinculadas		
Rendas de Prestação de Serviços	273,54	232,28
Serviço Taxado	158,36	92,84
Subsídio CDE - Eletrobrás	2.201,82	1.637,86
DMR - Diferença Mensal de Receita	80,62	68,29
Outras Receitas	629,47	184,00
	3.343,81	2.215,27
h) Outros ingressos operacionais (f+g)	4.243,54	2.928,00
i) Receita Operacional (d+e+h)	105.013,65	99.113,36

Nota 33 – Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de consumidores		MWh		Reais mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Consumidores						
Residencial	19.483	18.858	52.990	51.269	20.230,74	16.839,68
Industrial	476	491	183.625	178.567	53.525,54	50.109,70
Comercial	1.400	1.360	14.916	15.173	5.884,32	5.205,91
Rural	2.555	2.503	15.655	15.060	4.244,27	3.488,92
Poder Público	218	212	2.180	2.131	871,66	727,84
Iluminação Pública	70	70	10.334	10.144	2.512,06	2.075,31
Serviço Público	26	23	1.841	1.834	683,77	584,37
Consumo Próprio	4	2	191	190	52,85	48,92
Total	24.232	23.519	281.732	274.368	88.005,20	79.080,64

Obs.: O valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de potência+ICMS+PIS+COFINS extraídos do BMEAD - Boletim Mensal da Energia Elétrica Adquirida e Distribuída, não contendo valores de renda não faturada.

Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

Nota 34 – Dedução da Receita/Ingresso

A composição dos saldos das contas “Impostos e Contribuições sobre a Receita e Encargos Setoriais” totalizou em 31 de dezembro de 2017 e 2016, R\$ 32.293,04 mil e R\$ 31.830,35 mil respectivamente, conforme quadro.

	2017	2016
Deduções da Receita Operacional	32.293,04	31.830,35
Impostos e Contribuições sobre a receita		
ICMS	17.508,71	16.051,01
	17.508,71	16.051,01
Encargos Setoriais - Parcela "A"		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	95,49
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00	95,49
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	8.775,71	12.803,32
Bandeiras Tarifárias	5.868,85	2.645,73
Taxa de Fiscalização	139,78	139,31
	14.784,34	15.779,34

Nota 35 – Receita Operacional Líquida

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 72.720,60 mil e R\$ 67.283,01 mil respectivamente, conforme segue:

	Receita Bruta	PIS/PASEP COFINS	ICMS	Encargos do Consumidor	Receita Líquida
Em 2017					
Fornecimento de Energia Elétrica	35.282,40	0,00	0,00	0,00	35.282,40
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	52.376,83	0,00	(17.508,71)	(14.784,34)	20.083,79
Neutralidade da Parcela A	8.313,67	0,00	0,00	0,00	8.313,67
Receita de Construção	4.797,21	0,00	0,00	0,00	4.797,21
Outras Receitas Operacionais	4.243,54	0,00	0,00	0,00	4.243,54
Totais	105.013,65	0,00	(17.508,71)	(14.784,34)	72.720,60
Em 2016					
Fornecimento de Energia Elétrica	27.221,44	0,00	0,00	0,00	27.221,44
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	51.629,10	0,00	(16.051,01)	(15.779,34)	19.798,75
Neutralidade da Parcela A	10.961,58	0,00	0,00	0,00	10.961,58
Receita de Construção	6.373,24	0,00	0,00	0,00	6.373,24
Outras Receitas Operacionais	2.928,00	0,00	0,00	0,00	2.928,00
Totais	99.113,36	0,00	(16.051,01)	(15.779,34)	67.283,01

Nota 36 – Detalhamento do Resultado Financeiro

A composição dos saldos das contas “Receitas financeiras e Despesas Financeiras” totalizou em 31 de dezembro de 2017 e 2016, R\$ 3.630,74 mil e R\$ 5.871,80 mil respectivamente, conforme quadro.

	2017	2016
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	2.094,04	4.225,33
Acréscimo Moratório s/Fatura de Energia	711,78	1.287,02
Correção Ativos Regulatórios	59,68	40,60
Outras Receitas Financeiras	1.058,48	1.816,39
	3.923,99	7.369,34
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	73,39	95,52
Variações Monetárias	162,65	188,49
Multas Compensatórias	19,75	131,04
Correção Passivos Regulatórios	5,07	626,71
Outras Despesas Financeiras	32,39	455,78
	293,25	1.497,54
	3.630,74	5.871,80

Nota 37 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade:

- distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores;
- permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso,
- garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Comercialização de Energia: refere-se às atividades de compra e venda de energia elétrica, sendo composta, principalmente, de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

b) Áreas Geográficas

Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nas seguintes cidades: Forquilha, Nova Veneza e Criciúma, todas do Estado de Santa Catarina.

c) Principais Clientes

As receitas provenientes de 04 clientes do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício de 2017 chegaram a perfazer um montante de R\$ 18.608 mil, representando cerca de 21,15% do total de receitas da permissionária.

Nota 38 – Demonstrativo de cálculo do IRPJ E CSLL

Os valores referentes aos montantes calculados a recolher de IRPJ e CSLL, registrados em 31 de dezembro de 2017 são de R\$ 736,64 mil e R\$ 274,55 mil respectivamente, conforme segue:

Tributação do Resultado	Operações		dez-17
	Sócios 99,49%	Não Sócios 0,51%	Total 100%
Resultado Líquido do Exercício		122,94	
(+) Ingressos Tributados			
Rendas de Aplicação Financeira	2.094,04		
Rendas de Deságio	754,70		
Ganhos na Alienação de Bens	78,21		
(+) Despesas Inadutíveis			
Provisões Inadutíveis			
PCLD		0,68	
Base de cálculo	2.926,96	123,62	3.050,58
IRPJ	95,95%	4,05%	100,00%
Alíquota Normal (15%)	439,04	18,54	457,59
Adicional (10%)			
Limite do mês	249,46	10,54	260,00
Base do Adicional	2.677,50	113,08	2.790,58
Adicional	267,75	11,31	279,06
Total IRPJ a recolher	706,79	29,85	736,64
Total CSLL (9%) a recolher	263,43	11,13	274,55

Nota 39 – Participação nos resultados

A permissionária, apesar de citar na convenção coletiva que pode conceder a seus colaboradores valores a título de participação nos resultados, não direcionou valores no ano de 2017.

Nota 40 – Plano de Saúde e Outros Benefícios aos colaboradores

A permissionária custeia com 60%:

- Plano de saúde Unimed para os colaboradores e dependentes
 - Plano odontológico para colaboradores e dependentes;
 - Almoço fornecido em refeitório próprio;
 - Contrato de seguro de vida com a empresa Liberty Seguros a todos os colaboradores e cônjuges;
- Mantém também bolsa de estudo aos colaboradores, custeando 50% da mensalidade englobando cursos regulares de extensão e nível superior e profissionalizante dentro da atividade profissional e 75% da mensalidade do curso técnico em eletrotécnica.

Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho firmado com a empresa Maxipas.

Convênio com academia 50%.

Disponibilização de uniforme a todos os funcionários.

Vacina gratuita da gripe para os colaboradores e familiares.

Nota 41 – Partes Relacionadas

Os valores referentes aos montantes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são de R\$ 510,44 mil e R\$ 481,63 mil respectivamente, conforme segue:

Natureza das Operações	2017			2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Pessoal Chave da Administração</u>						
Presidência e Conselhos	0,00	0,00	425,37	0,00	0,00	399,09
Encargos Sociais	0,00	0,00	85,07	0,00	0,00	82,54
Total	0,00	0,00	510,44	0,00	0,00	481,63

Nota 42 – Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo o prédio sede e a frota de veículos da entidade.

Descrição do Bem	Vigência	Prêmio Total
Veículos		
Gol 1.6 8V Ano 2012/2013 Placa MJJ 7107	07/06/2018	0,76
Gol 1.6 8V Ano 2013/2014 Placa MLN 9123	07/06/2018	0,77
Corolla GLI 1.8 FLEX Ano 2010/2011 Placa MHD 3107	28/03/2018	1,97
Corolla GLI 1.8 FLEX Ano 2015/2016 Placa QHQ 5174	07/06/2018	1,17
Iveco Daily Ano 2016/2017 Placa QIV 1546	13/10/2018	1,20
FORD F 4000 CD 3.9 TDI 2011/2011 Placa ISM 7083	25/11/2018	0,77
FORD F 4000 4 X4 2P Ano 2015/2016 Placa QHQ 3128	13/10/2018	1,20
FORD F 4000 4 X4 2P Ano 2015/2016 Placa QIF 5895	15/09/2018	0,98
Volkswagem 8-160 E Ano 2015/2016 Placa QIF 5885	15/09/2018	0,88
Volkswagem 17-250 E Ano 2011/2012 Placa MKM 3631	29/08/2018	1,76
Volkswagem 13.180 E Ano 2010/2010 Placa MGU 5538	13/10/2018	1,35
Volkswagem 13.180 E Ano 2010/2010 Placa MIL 8027	13/10/2018	1,35
Volkswagem 13.180 E Ano 2010/2010 Placa MIL 8057	26/02/2018	2,02
Volkswagem 8.150 E Ano 2011/2012 Placa MJP 5792	07/06/2018	1,51
Fiat Strada 1.4 MPI Ano 2015/2016 Placa QHG 2154	07/06/2018	0,31
Fiat Strada 1.4 MPI Ano 2015/2016 Placa QHG 1994	07/06/2018	0,31
Fiat Strada 1.4 MPI Ano 2010/2011 Placa MHQ 7347	07/06/2018	0,60
Fiat Strada 1,4 MPI Ano 2013/2013 Placa MKX 7912	19/03/2018	0,71
Iveco Daily Ano 2013/2013 Placa MLL 9474	27/04/2018	2,16
Iveco Daily Ano 2015/2015 Placa QHS 4005	07/06/2018	2,56
NXR 160 BROSS ESD FLEXONE Ano 2017 Placa QIM 6298	13/04/2018	0,04
NXR 150 BROSS ESD MIX Ano 2016 Placa QIA 9154	13/04/2018	0,15
NXR 150 BROSS ESD MIX Ano 2016 Placa QIA 6814	13/04/2018	0,15
NXR 150 BROSS ESD MIX Ano 2016 Placa QIA 9204	13/04/2018	0,15
NXR 150 BROSS ESD MIX Ano 2016 Placa QIA 9164	13/04/2018	<u>0,18</u>
		25,03
Edificações		
Prédio Sede Santa Cruz	21/10/2018	<u>7,11</u>
		7,11
TOTAL		32,14

Walmir João Rampinelli
Presidente
CPF: 342.054.979-20

Estela Maria Wesler Martinhago
Contadora
CRC/SC 023225/O-9

Relatório do Auditor Independente Das Demonstrações Contábeis Societárias



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme demonstrado em nota explicativa 26, no dia 17 de fevereiro de 2017 ocorreu desmembramento dos bens (imóveis/numerários) da cooperativa no montante aproximado de 31 milhões, aprovado através de assembleia geral extraordinária realizada em 25 de outubro de 2016. O objetivo deste desmembramento é atender as exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em virtude da não conformidade com os parágrafos 5º e 6º do artigo 4º da lei 9074/95 que trata da impossibilidade de participação societária em atividades estranhas a distribuição de energia, a qual originou a nova cooperativa denominada Cooperativa Pioneira de Geração e Desenvolvimento - Coopera.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.





Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:





- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 22 de março de 2018.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes p/ aprimoramento dos controles internos



**COOPERATIVA PIONEIRA DE
ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**

Forquilha - SC

CARTA DE CONTROLES INTERNOS Nº 04/2018
(Recomendações para Aprimoramento dos
Controles Internos)

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- (1.1) Com vistas à execução dos trabalhos de ínterim referentes à auditoria independente voltada ao exame dos controles e procedimentos internos dessa cooperativa, relativos ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, a sede da mesma foi visitada em setembro, dezembro de 2017 e fevereiro de 2018.
- (1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, a aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgada necessárias nas circunstâncias.
- (1.3) De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados no curso dos mesmos e que entendemos ser conveniente destacar, com as recomendações, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações, para informação e providências julgadas necessárias.
- (1.4) Tais pontos podem referir-se, de forma atualizada, a situações anteriormente relatadas que estiverem se repetindo.



Rua Martinho Lutero, 207, sala 302, Bairro Pinheirinho, CEP 88.804-470 – Fone/fax (48) 3437-0648
Criciúma - Santa Catarina
E-mail – adm@mullereyng.com.br



2 – RECOMENDAÇÕES PARA APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Durante o período de 2017 foram realizados trabalhos de auditoria para validação dos controles internos e dos saldos contábeis da Permissionária. Elencamos neste relatório as principais situações analisadas e também as sugestões recomendadas quando necessárias.

Os trabalhos foram realizados e segregados por departamento da seguinte forma:

- a) Almoarifado / Compras
- b) Tesouraria / Financeiro
- c) Contabilidade (Auditoria de Balanço)

3 – ALMOXARIFADO E COMPRAS

A Cooperativa dispõe de apenas um almoxarifado central onde se concentram os materiais em estoque. O estoque de almoxarifado é dividido em dois grupos que apresentavam os seguintes saldos no dia 07/12/2017:

Almoxarifado de Manutenção	153.335,03
Materiais em Depósito	853.534,54
Estoque Total	1.006.869,57

Os almoxarifados de manutenção e materiais em depósito estão separados apenas no sistema informatizado, enquanto que fisicamente os materiais estão dispostos em um único local. A legislação regulatória (Manual de contabilidade do setor elétrico) regulamenta que tais estoques estejam dispostos distintamente, no entanto, não temos conhecimento que alguma Concessionária ou Permissionária tenha tido penalidades por conta desta situação.

Desta forma, para a verificação da contagem física (Item 2.3) tivemos que agrupar os itens e somar as quantidades dos materiais nos dois relatórios para podermos comparar com o total físico verificado.

(3.1) COMPRAS DE MATERIAIS

As compras de materiais são realizadas periodicamente conforme as necessidades de realização das obras e manutenção das redes de energia elétrica. Seu procedimento está descrito em organograma/fluxograma, que descreve sucintamente as tarefas a serem realizadas.

O funcionário responsável pelo controle do almoxarifado, ao identificar a necessidade de compra dos materiais, abre uma solicitação de compra. De posse desta solicitação, o responsável pelas compras realiza a cotação com, no mínimo, três fornecedores a fim de proporcionar o maior benefício possível para a cooperativa.

Posteriormente à cotação, a cooperativa realiza o pedido de compra ao fornecedor com autorização do gerente administrativo, ficando no aguardo da chegada da mercadoria. Todos estes passos são realizados através de sistema gerencial informatizado, exceto a realização/recebimento das cotações que são contatadas, na sua maioria, via e-mail.

R



A seguir demonstramos o total de compras realizadas entre 1º/jan./2017 a 07/dez./2017:

Competência	Valor (R\$)
Janeiro/2017	228.514,57
Fevereiro/2017	248.383,93
Março/2017	333.045,89
Abril/2017	280.457,68
Maior/2017	300.047,34
Junho/2017	244.909,91
Julho/2017	322.990,96
Agosto/2017	174.073,38
Setembro/2017	240.981,06
Outubro/2017	111.855,51
Novembro/2017	95.123,58
Dezembro/2017	7.085,83
Total	2.587.469,64

No período analisado, os principais fornecedores de produtos/ serviços foram:

Fornecedor	Valor (R\$)
Bruver Crc Consultoria Repres. Com. Ltda	359.864,40
Siga Ind. e Com. de Mat. Construção Ltda	268.854,43
Ceesp Comercial Elétrica São Pedro Ltda	262.108,17
Madal Palfinger S/A	180.000,00
De March Comercial Eletrica Ltda	142.389,16
Premel Materiais Elétricos Ltda	141.054,25
Total	1.354.270,41

A seguir estão demonstradas e analisadas as principais compras realizadas no período em questão:

NF	Fornecedor	Data Entrada	Valor	
59.746	Madal Palfinger S/A	19/01/2017	90.000,00	W1
108.929	Romagnole Produtos Elétricos S.A.	17/02/2017	18.944,64	
60.429	Madal Palfinger S/A	20/02/2017	90.000,00	W1
10.210	COELJ Comercial Ltda – EPP	20/02/2017	15.000,00	
6.837	S & C Electric do Brasil Ltda	22/02/2017	7.059,68	W2
3.438	De March Comercial Eletrica Ltda	28/02/2017	18.769,24	W3
65	Eletro Comercial de Equ De Melo Ltda	24/03/2017	16.408,56	
3.467	De March Comercial Eletrica Ltda	29/03/2017	16.952,72	W4
10.265	COELJ Comercial Ltda – EPP	31/03/2017	19.500,00	
51.495	Ceesp Comercial Elétrica São Pedro Ltda	31/03/2017	18.159,76	W5
10.309	COELJ Comercial Ltda – EPP	17/04/2017	19.250,00	
5.622	ITR - Industria de Transformadores Rodeio Ltda	28/04/2017	20.660,64	
52.379	Ceesp Comercial Elétrica São Pedro Ltda	15/05/2017	17.645,81	
29.906	Scansource Brasil Distr. de Tecnologias Ltda	23/05/2017	35.340,00	
52.693	Ceesp Comercial Elétrica São Pedro Ltda	29/05/2017	17.131,85	
52.809	Ceesp Comercial Elétrica São Pedro Ltda	29/05/2017	49.511,05	
4.406	Moraes e Pereira Informática Ltda	07/06/2017	18.386,00	

h

3



NF	Fornecedor	Data Entrada	Valor	
706.807, 714.071, 715.349 e 720.486	Scansource Brasil Distribuidora de Tecnologias Ltda	02/06/2017	19.417,59	
50.641	Possoli Veiculos Ltda	27/07/2017	116.000,00	W6
27.227	Premel Materiais Elétricos Ltda.	10/08/2017	33.366,00	
30.029	Masal S/A Industria e Comércio	04/09/2017	98.200,00	W7
-	Fábrica de Peças Elétricas Delmar Ltda	15/09/2017	28.570,00	W8
	Total		784.273,54	

Dentre as compras analisadas acima, destacamos as seguintes situações encontradas:

W1 – Compras de cesto aéreo isolado 46KV sem a realização de cotação devido a questões técnicas;

W2 – Compra de uma ferramenta “led buster” com a realização de dois orçamentos;

W3 – Compra de chave fusível polimérica 15KV 100A com a realização de dois orçamentos, sendo que o vencedor foi o de maior valor devido a marca do material do orçamento de menor valor não ser admissível pelo departamento técnico;

W4 – Compra de chave fusível polimérica 15KV 100A com a realização de um único orçamento;

W5 – Compras de cabos quadruplex XLPE 70mm com a realização de três orçamentos, sendo que o vencedor foi o de valor intermediário devido a marca do material do orçamento de menor valor não ser admissível pelo departamento técnico;

W6 – Compra de um caminhão Daily 55C17 com a realização de um único orçamento, devido a questões técnicas;

W7 – Compra de cesto aéreo isolado 46KV com a realização de dois orçamentos, sendo que o vencedor foi o de maior valor devido a marca do material do orçamento de menor valor não ser admissível pelo departamento técnico;

W8 – Compra de conjunto condutor chave e para-raio com a realização de um único orçamento, cujos materiais, até o momento da emissão deste relatório, não haviam sido entregues.

Ressaltamos que as cotações são recebidas em sua maioria através de correspondência eletrônica. Neste caso, recomendamos que as respostas destas cotações sejam recebidas por, no mínimo, dois e-mails/funcionários distintos, para que o processo transmita maior segurança para o setor de compras e para a cooperativa.

Caso a cooperativa tenha suporte no sistema gerencial que disponibilize a solicitação de cotação e respostas das mesmas, diretamente via sistema, cabe a Administração analisar sua viabilidade, visto que o processo terá maior segurança.

Apesar de grande parte do processo ser realizado no sistema gerencial, o setor ainda realiza a impressão e arquivamento de um grande volume de documentos. Todo este processo, desde a emissão dos pedidos, cotações de preços, e-mails recebidos, autorizações de pagamentos, entre outros, são impressos e arquivados.

Dessa forma, aconselhamos que a administração reveja esta situação e adote, dentro de suas possibilidades, cada vez mais a sistematização e automação deste processo, como a autorização por senha eletrônica, tornando-o mais rápido e seguro.





(3.2) CONFERÊNCIA FÍSICA – APONTAMENTO DAS DIVERGÊNCIAS

Realizamos a contagem física dos materiais alocados no estoque de obras e manutenção na data da visita à cooperativa. Para a realização do mesmo, efetuamos uma amostragem que representou 42% considerando o valor total do estoque, conforme demonstrado a seguir:

Total da amostra (R\$)	422.953,67
Total em estoque (R\$)	1.006.869,57
Percentual da amostra	42%

Os itens que apresentaram diferenças na contagem seguem abaixo:

Cód. Mat.	Descrição	Qtde Empresa	Total (R\$) Empresa	Qtde Auditoria	Total (R\$) Auditoria	Qtde Diferença	Diferença (R\$)
9045	ISOLADOR PORCELANA PILAR 25 KV	136,00	10.234,00	147,00	11.061,75	11,00	827,75
28010	PARA - RAI0 POLIMÉRICO 12 KV 10 KA C/ FERRAGEM	187,00	31.128,02	185,00	30.795,10	-2,00	(332,92)
24110	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50 A	57,00	5.174,46	59,00	5.356,02	2,00	181,56
4090	REATOR VAPOR DE SÓDIO 250 W (INTRAL)	45,00	3.551,40	46,00	3.630,32	1,00	78,92
1045/	CABO DE ALUMÍNIO CA 2	1.324,63	16.133,99	1.161,50	14.147,07	-163,13	(1.986,92)
1065	CABO DE ALUMÍNIO CAA 4	469,68	6.082,36	400,50	5.186,48	-69,18	(895,88)
9	MEDIDOR TRIFÁSICO ELETRÔNICO E34A 15A 120A 240V	14,00	3.803,38	18,00	4.890,06	4,00	1.086,68
6005	CAPACITOR MONOFÁSICO 100 KVAR 7960 V. 60 HZ	9,00	3.818,97	8,00	3.394,64	-1,00	(424,33)
62	TAMPA DE FERRO FUNDIDO P/ CAIXA PASSAGEM (65X41X80)	8,00	1.231,76	7,00	1.077,79	-1,00	(153,97)
3150	POSTE D.T. 8X150 KN	1,00	106,98	-	-	-1,00	(106,98)
28087	CRUZETA DE FERRO 6,4 X 90 X253 X5600MM C/ 6 FUR.18MM	1,00	635,33	2,00	1.270,66	1,00	635,33
	Total	2.252,31	81.900,65	2.034,00	80.809,89	-218,31	(1.090,76)

Evidenciamos que aproximadamente 25% dos itens verificados apresentaram divergência, contudo, as mesmas foram apresentadas aos responsáveis e estão sendo analisadas.

Atentamos que o efeito financeiro demonstrado acima refere-se apenas ao percentual dos itens da amostra realizada, que representa 42% dos estoques. Se aplicado a 100%, corresponderia a aproximadamente uma falta de R\$ 2.596,64 nos dois almoxarifados (Obras e Manutenção), conforme segue:

Valor da divergência estimada para 100% dos itens	2.596,64
Total em estoque	1.006.869,57
Percentual da distorção estimada	(0,26%)

Contudo, podemos perceber que os materiais de maior representatividade na divergência encontrada foram os cabos (itens 1045 e 1065) e o medidor (item 9), sendo que este apresentou uma diferença positiva (contagem maior que o relatório) e aqueles apresentaram uma diferença negativa (contagem menor que o relatório).

h



Desta forma, recomendamos uma análise detalhada para que se apurem os motivos destas sobras e faltas de materiais, especialmente por se tratarem de itens com valores unitários relevantes, conforme demonstrado.

(3.2.1) MATERIAL EMPRESTADO OU EM CONCERTO

Durante a contagem física de materiais identificamos duas situações onde os materiais estavam em empréstimo para outra permissionária ou enviado para conserto/manutenção:

Código	Descrição	Qtd	Valor Total	Obs
136	Relé de Regulador Tensão	02	15.656,30	W1 - Em Conserto
6005	Capacitor Monofásico 100KVAR	03	1.272,99	W2 - Material emprestado à Cersul

Apesar dos materiais não estarem fisicamente no almoxarifado, o sistema aponta que os mesmos estão disponíveis no depósito para serem utilizados.

Conforme regras do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os registros destes materiais devem obedecer às seguintes regras:

W1 – Os materiais em conserto devem estar registrados em contas distintas para que se apure o custo do reparo do bem. Dependendo da destinação do material (Imobilizado ou Não) e conforme sua origem de almoxarifado de Manutenção ou Obras, a permissionária deve proceder conforme determina o MCSE.

- a) Quando da desativação do bem e necessitar de reparo, o mesmo deve permanecer registrado na conta 1232.X.OX.09.

Imobilizado em curso – Transformação, fabricação e reparo de materiais em depósito e bens patrimoniais.

Debita-se: pelo valor líquido da desativação referente ao bem retirado de operação em contrapartida da conta 1X19.2.01 - Desativações em curso.

- b) Quando os materiais estão em depósito e sofrem danos, os custos devem ser controlados na subconta 1104.3.

A transformação, fabricação e reparo de bens destinados ao imobilizado serão contabilizados, por meio do sistema de Ordem de Imobilização - ODI, na subconta 1232.X.OX.09 - Imobilizado - Imobilizado em curso - Transformação, fabricação e reparo de materiais. A exceção é o caso dos materiais em depósito, subconta 1232.X.OX.10, que quando danificados terão seus custos apurados, quando for o caso, na subconta 1104.3 - Serviços em curso - Serviço próprio - Transformação, fabricação e reparo de materiais, como consta na Nota 3, da Técnica de Funcionamento 7.2.57 - Imobilizado em curso - Transformação, fabricação e reparo de materiais.

- c) Para os materiais do grupo 1107, os mesmos devem ser transferidos para a conta 1107.2.02.

Na subconta 1107.2.02 - Almoxarifado operacional - Material - Transformação, fabricação e reparo de materiais, será contabilizado, por meio de transferência entre subcontas, o material em oficinas, da Outorgada ou de terceiros, em processo de fabricação, transformação etc.

h



W2 – Em relação aos materiais emprestados, que pertencem ao Almoxarifado Operacional quanto ao Almoxarifado em Depósito, devem ser transferidos para a conta 1107.2.03 - Almoxarifado operacional - Material – Emprestado, conforme mencionado no MCSE.

1107 – Almoxarifado Operacional

Nota 6. Na subconta 1107.2.03 - Almoxarifado operacional - Material - Emprestado, será contabilizado o material eventualmente emprestado a Outorgadas, empreiteiros de obra, fornecedores, consumidores, bem como a órgão da própria Outorgada, vinculado à concessão, inclusive quando se tratar de material oriundo da subconta 1232.X.0X.10 - Imobilizado - Imobilizado em curso - Material em depósito.

1232.X.0X.10 – Imobilizado em Curso – Material em Depósito

Nota 1. O material emprestado a outorgadas, empreiteiros de obra, fornecedores, consumidores, etc., inclusive quando se tratar de material oriundo da subconta 12332.X.0X.10 - Imobilizado em curso - Material em depósito, será registrado na conta 1107.2.03 - Almoxarifado operacional - Material – Emprestado.

Atentamos também para o fato que na devolução do material emprestado, dependendo do prazo do empréstimo, o departamento técnico deve analisar a situação de uso do material e sua vida útil, para que o mesmo reflita adequadamente seu valor no controle patrimonial.

Conforme exposto nas situações acima, o setor de almoxarifado deve se atentar às regras contábeis quando do manejo de materiais emprestados e também quando do envio de materiais ao conserto/reparo.

(3.3) SAÍDA DE MATERIAIS

A saída dos materiais é autorizada pelo departamento técnico através de requisições. Esta requisição tem como base os projetos realizados e quando a requisição é enviada ao almoxarifado, os materiais são previamente separados em local distinto e entregues as equipes de trabalho.

REQUISIÇÕES NÃO ASSINADAS

Para a realização das obras e manutenção a cooperativa possui equipes próprias, formada pelos seus colaboradores e equipes terceirizadas, que são contratadas quando necessário.

A equipe que retira o material confere os mesmos e fica com uma cópia desta requisição, no entanto, o chefe de equipe da própria cooperativa (colaborador) comumente não assina a via de posse do almoxarifado, desta forma não tendo uma responsabilidade formal de que recebeu todos os materiais.

Segundo o responsável, na hipótese da equipe reclamar a falta de materiais entregues, o departamento técnico faz uma nova requisição (complementar) para que o almoxarifado possa entregar o material novamente a equipe. A situação exposta pode acarretar algum prejuízo para a cooperativa, no caso da equipe não se comprometer com o material entregue.

Assim, recomendamos que o chefe de equipe (requerente), tanto dos terceirizados, quanto do pessoal interno assine as requisições, para que o mesmo possa ser responsabilizado pela falta de materiais e não a cooperativa.

h

7



(3.4) REGISTROS CONTÁBEIS

Os registros contábeis das aquisições/ entradas estão previamente configurados no sistema gerencial e são controlados através das ordens de compras – ODC. Conferimos a contabilização da compra de um cesto aéreo para ser acoplado a um veículo, no valor de R\$ 90.000,00.

Na chegada do material, a nota fiscal é registrada na conta Compras em Andamento até que todos os custos da compra sejam efetivados, em contrapartida a conta de fornecedores:

Débito – Compras em Andamento (1232.4.03.11) – R\$ 79.200,00
Débito – ICMS a Compensar (1105.2.01.00) – R\$ 2.700,00
Débito – ICMS a Compensar (1205.2.01.00) – R\$ 8.100,00
Crédito – Fornecedores (2101.3.00.00) – R\$ 90.000,00

Após o pagamento, a obrigação da conta de fornecedores é liquidada, em contrapartida a conta títulos de crédito a receber:

Débito – Fornecedores (2101.3.00.00) – R\$ 90.000,00
Crédito – Títulos de Crédito a Receber (1119.1.99.00) – R\$ 90.000,00

Ao ser concluída a Ordem de Compra, o material adquirido é transferido para a conta destino, comumente as contas de Material em Depósito ou Imobilizado. No caso demonstrado, o valor é transferido para a conta de veículos, no ativo imobilizado:

Débito – Veículos (1232.3.03.05) – R\$ 79.200,00
Crédito – Compras em Andamento (1232.4.03.11) – R\$ 79.200,00

Nas requisições/ saída dos materiais para as obras em andamento, o controle dos custos do imobilizado possui a mesma sistemática, através de Ordens em Curso. Os materiais requisitados são alocados em Ordens de Imobilização até o seu fechamento, quando são transferidos ao imobilizado. Na conferência dos registros contábeis não evidenciamos exceções.

(3.5) OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Em análise às compras e contratações do setor de almoxarifado, examinando as notas fiscais de prestação de serviços, evidenciamos que as notas fiscais autorizadas apenas pelo fisco municipal, estão sendo informadas na EFD-IPI/ICMS.

A título de exemplo, citamos as notas fiscais de Tezza Montagens Elétricas Ltda números 7.000, 7001 e 7002, que estão declaradas na EFD mês 07/2017.

Salientamos que o Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI e perguntas e respostas do Sistema Público de Escrituração Digital esclarecem que as notas fiscais de somente serviço não deverão ser informadas. As informações a serem declaradas na EFD/ICMS são de origem de notas fiscais conjugadas, que contenham material e serviço, conforme segue:

A

**Notas fiscais de prestação ou de tomada de serviços devem ser escrituradas na EFDICMS/IPI?**

Notas fiscais de prestação de serviços, autorizadas pelo fisco municipal, não devem ser escrituradas na EFDICMS/IPI. Notas fiscais conjugadas, mesmo com incidência exclusiva do ISSQN, autorizadas pelo fisco estadual, devem obrigatoriamente ser escrituradas, tanto na tomada, quanto na prestação de serviços.

Salientamos que caso a cooperativa tenha tomado serviço através de notas conjugadas, o registro C130 (ISSQN, IRRF E PREVIDÊNCIA SOCIAL) também deve ser informado.

Registro C130 - Complemento de Documento – ISSQN, IRRF e Previdência Social 11.6.1 - ISSQN, IRRF E Previdência Social 11.6.1.1 - Qual a finalidade deste registro?

Devem ser informadas na EFD-ICMS/IPI as notas fiscais autorizadas pelo Fisco Estadual que se referem à venda de mercadorias e de serviços (notas conjugadas). Quando no fornecimento dos serviços houver destaque de um desses tributos, o registro deve ser informado.

Desta forma sugerimos análise da situação apontada por parte do setor contábil para a devida regularização.

(3.6) RETENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - OBRIGAÇÃO

A cooperativa realiza contratações de mão de obra especializada, por empreitada, para realização de instalação e manutenção das linhas e redes de energia elétrica. Estas contratações são formalizadas via contrato entre as partes.

De acordo com a legislação previdenciária, a contratante ou tomadora de mão de obra, deverá reter do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou recibo a contribuição previdenciária e recolhe-la em documento de arrecadação específico.

Evidenciamos na NF fatura de serviço nº 7.000 de Tezza Montagens a retenção previdenciária de 3,5% (contratada é desonerada) sobre o base de cálculo de 50% do valor total da NF, conforme segue:

Descrição	Valor	Obs
Total NF	52.102,80	
Base de calculo NF:	26.051,40	Equivale a 50%
Valor da Retenção INSS	911,79	3,5%

Para que a contratada possa estabelecer que a base de cálculo da retenção é de 50% do total da NF, o contrato e a emissão da NF devem seguir algumas regras estabelecidas pela IN 971/2009, conforme segue:

Art. 122. Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, cujo fornecimento esteja previsto em contrato, sem a respectiva discriminação de valores, desde que discriminados na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, devendo o valor desta corresponder no mínimo a:

I - 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços;

...

h



§ 1º Se a utilização de equipamento for inerente à execução dos serviços contratados, desde que haja a discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, adota-se o seguinte procedimento:

II - não havendo discriminação de valores em contrato, independentemente da previsão contratual do fornecimento de equipamento, a base de cálculo da retenção corresponderá, no mínimo, para a prestação de serviços em geral, a 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços...

Conforme exposto, para que a base da retenção previdenciária seja de apenas 50% do total da NF, o fornecimento de materiais deve estar previsto em contrato e os valores utilizados com equipamentos discriminados no corpo da nota fiscal.

Analisando os referidos documentos, evidenciamos que a nota fiscal não discrimina os valores dos equipamentos utilizados na obra, desta forma não atendendo o disposto no artigo acima citado.

Recomendamos que a cooperativa exija a discriminação dos valores relacionados aos equipamentos e máquinas utilizados na nota fiscal emitida pela contratada, para que a base de cálculo de 50% tenha respaldo legal. Caso contrário, a retenção a ser realizada será sobre o valor total na nota. Salientamos que a obrigação de realizar a correta retenção da contribuição previdenciária é da contratante, e por isso deve atender a devida obrigação.

(3.7) CONSIDERAÇÕES GERAIS - ALMOXARIFADO E COMPRAS

Conforme exposto nas situações acima, evidenciamos que a Coopera possui procedimentos internos compatíveis com a estrutura da cooperativa. As recomendações que pontuamos ao longo do relatório, tem o intuito de adicionar melhorias aos processos já implantados, os quais sucintamente destacamos:

- a) Solicitar resposta das cotações em 02 e-mails;
- b) Implantar senha eletrônica para as autorizações;
- c) Solicitar assinatura do solicitante (interno) nas requisições de materiais;
- d) Rever os procedimentos e registros de empréstimos e envio de materiais ao conserto.
- e) Analisar as situações da EFD-ICMS/IPI e retenções previdenciária.

h

4 – DEPARTAMENTO FINANCEIRO

(4.1) CAIXA

Efetuamos contagem física de numerários conforme segue:

1.0)	CONFERÊNCIA PELOS DOCUMENTOS			
1.1)	SALDO INICIAL EM 19/SET/17			8.547,95
1.2)	ENTRADAS			0,00
1.3)	SAÍDAS			0,00
	PAGAMENTOS EFETUADOS			0,00
	DEPOSITOS EM DINHEIRO			0,00
1.4)	SALDO FINAL EM 19/SET/17			8.547,95
2.0)	PELA EXISTÊNCIA FÍSICA	RS	QTDDE	RS
2.1)	CÉDULAS NACIONAIS			8.111,00
	EM CÉDULAS DE	R\$ 100,00	46	R\$ 4.600,00
	EM CÉDULAS DE	R\$ 50,00	50	R\$ 2.500,00
	EM CÉDULAS DE	R\$ 20,00	27	R\$ 540,00
	EM CÉDULAS DE	R\$ 10,00	40	R\$ 400,00
	EM CÉDULAS DE	R\$ 5,00	13	R\$ 65,00
	EM CÉDULAS DE	R\$ 2,00	3	R\$ 6,00
2.2)	MOEDAS			RS 6,96
	EM MOEDAS DE	R\$ 0,01	1	R\$ 0,01
	EM MOEDAS DE	R\$ 0,50	4	R\$ 2,00
	EM MOEDAS DE	R\$ 0,25	4	R\$ 1,00
	EM MOEDAS DE	R\$ 0,10	30	R\$ 3,00
	EM MOEDAS DE	R\$ 0,05	19	R\$ 0,95
2.3)	TOTAL DAS EXISTÊNCIAS FÍSICAS			8.117,96
2.4)	OUTROS DOCUMENTOS EM CAIXA			430,00
3.0)	SOBRA (FALTA) DE CAIXA			-0,01

O fechamento de caixa é realizado diariamente pela tesoureira. No entanto, recomendamos que este fechamento de caixa seja acompanhado esporadicamente por outro colaborador, no intuito de verificar possíveis vícios em sua execução.

(4.2) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

Em regra geral, os desembolsos realizados pelo setor financeiro estão autorizados de acordo com os lançamentos no sistema gerencial, ou seja, os títulos registrados no contas a pagar estão autorizados a serem quitados pelo setor. Ainda existem pequenas compras e contratações de serviços que são autorizados formalmente com a assinatura do gerente ou responsável de compras.

Realizamos conferência nos registros de desembolsos financeiros, no intuito de verificar se todas as saídas de recursos possuem os respectivos documentos/procedência e registro contábil.

Nesta verificação não encontramos exceções, no entanto, recomendamos que os desembolsos autorizados formalmente, também sejam vinculados ao sistema, visto que o setor financeiro pode realizar registro de saída de caixa/banco a qualquer momento, sem que esta saída esteja vinculada a uma despesa/compra autorizada.

N


(4.3) CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

O setor financeiro mantém a conciliação das contas correntes e contas transitórias, enquanto que o setor contábil realiza a conciliação das aplicações financeiras. Analisamos as mesmas conforme segue:

Cod reduzido	Descrição da Conta	Saldo Contábil	Financeiro / Conciliação	Conferência	Obs
Contas Correntes		767.061,05	767.061,05		
1369	BANCO HSBC BAMERINDUS	67,25	67,25	-	
1370	BANCO DO BRASIL S/A	493,55	493,55	-	
1311	BANCO CREDIJA	2.415,47	2.415,47	-	
1371	BANCO BESC	886,63	886,63	-	
6310	BANCO CAIXA ECON. FED FORQ	960,98	960,98	-	
2112	BANCO CREDISULCA	53.900,66	53.900,66	-	
4444	BANCO CREDISULCA - ALIEN.	-	-	-	
1916	BANCO SAFRA INVESTIMENTO	9.408,93	9.408,93	-	
1375	BANCO SANTANDER BANESPA	486.956,35	486.956,35	-	
1376	BANCO UNIBANCO	3.603,26	3.603,26	-	
2038	BANCO BRADESCO	21,30	21,30	-	
2687	BANCO SICREDI	5.000,00	5.000,00	-	
13516	BANCO UNICRED SUL SC	2.567,71	2.567,71	-	
11817	BANCO SICREDI - ELETROBRAS	778,96	778,96	-	
11006	XP INVEST CORRETORA DE CAMB	200.000,00	200.000,00	-	
Transitórias		265.311,11	46.798,50		
1312	BANCO CREDIJA - TRANSITO	81,77	81,77	-	
1305	BANCO SICRED - TRANSITO	14.974,77	14.974,77	-	
1149	BANCO BRADESCO - TRANSITO	1.891,47	1.891,47	-	
1188	BANCO CAIXA ECONOMICA F	218.512,61	-	218.512,61	W1
515	BANCO DO BRASIL - TRANSITO	3.350,90	3.350,90	-	
1260	BANCO CREDISULCA - TRANSITO	10.888,06	10.888,06	-	
1304	BANCO SANTANDER BANESPA	15.611,53	15.611,53	-	
513	CAIXA - TRANSITO	-	-	-	
Aplicações Financeiras		13.816.877,06	13.816.877,06		
2338	APLICAÇÕES CREDISULCA	1.394.232,26	1.394.232,26	-	
1578	APLICAÇÕES SICREDI	4.219.627,13	4.219.627,13	-	
2721	APLICAÇÕES BANCO SAFRA	1.289.023,31	1.289.023,31	-	
1381	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL S/A	1.564.898,59	1.564.898,59	-	
1388	APLICAÇÕES CAIXA ECON. FED	590.730,04	590.730,04	-	
1384	APLICAÇÕES BRADESCO S/A	214.433,02	214.433,02	-	
1380	APLICAÇÕES UNICRED	4.136.521,62	4.136.521,62	-	
4994	APLICAÇÕES CREDIJA	6.215,32	6.215,32	-	
11005	APLICAÇÕES XP INVEST CORR.	401.195,77	401.195,77	-	

Onde:

W1 – Conta trânsito sem conciliação integral devido ao retorno bancário da Caixa Econômica possuir diversos dias de pagamento (d1, d2, d3) em um mesmo crédito, fazendo com que o setor não saiba quais valores segregados por dia estejam bloqueados. No entanto, a conta é monitorada diariamente para que a mesma não tenha aumento exagerado de saldo, evitando assim qualquer tipo de transtorno.

Analisamos também os créditos na conta corrente referente ao recebimento de faturas demonstrado a seguir no item 2.4. Nas verificações realizadas não encontramos exceções quanto aos registros financeiros e contábeis.





(4.4) CONSUMIDORES/FATURAS A RECEBER

A composição das faturas a receber da permissionária está assim disposta em agosto./2017.

Classes	Total em aberto (ago./2017)
Industrial	9.872.507,91
Residencial	2.001.751,53
Comercial	514.440,54
Rural	320.412,46
Iluminação Pública	218.271,67
Serv. Públicos	62.315,34
Poderes Públicos	63.310,19
Subtotal	13.053.009,64
Provisão de Perdas	(3.582.390,94)
Total Geral	9.470.618,70

Ressaltamos que destes R\$ 13 milhões a receber, R\$ 6,5 milhões estão concentrados em 5 consumidores.

CONSUMIDOR	Em Aberto (R\$)
COOPERATIVA DE EXT.DE CARV.M.DOS TRAB.DE CRIC.LTDA	3.679.174,40
METALURGICA D.S.LTDA	1.395.199,49
SEARA ALIMENTOS LTDA	840.292,66
ANGELGRES REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA	947.062,89
IBG CRYO INDUSTRIA DE GASES LTDA	180.095,75
TOTAL	6.591.825,19

Na maioria dos casos, esses consumidores tratam-se de empresas que passaram ou estão passando por grave dificuldade financeira, e na medida do possível a cooperativa vem atuando no sentido de viabilizar a cobrança.

Verificamos as baixas realizadas no período analisado, conferindo a entrada de recurso com as faturas quitadas/baixadas no sistema financeiro, conforme segue:

BANCO	DATA	HISTÓRICO	VALOR
CAIXA E. FEDERAL	08/02/17	Valor ref. recbto. dvs contas energia	146.582,78
CAIXA E. FEDERAL	10/04/17	Valor ref. recbto. dvs contas energia	379.103,48
CAIXA E. FEDERAL	10/05/17	Valor ref. recbto. dvs contas energia	127.668,33
CAIXA E. FEDERAL	12/06/17	Valor ref. recbto. dvs contas energia	225.998,94
CAIXA E. FEDERAL	31/07/17	Valor ref. recbto. dvs contas energia	169.519,25
CAIXA E. FEDERAL	07/08/17	Valor ref. recbto. dvs contas energia	166.294,93
CAIXA MATRIZ	30/05/17	Valor ref. recbto. dvs contas energia	4.596,00
CAIXA MATRIZ	28/08/17	Valor ref. recbto. dvs contas energia	720,00
CAIXA MATRIZ	30/08/17	Valor ref. recbto. dvs contas energia	124.829,29
TOTAL ANALISADO			1.345.313,00

Também realizamos procedimento inverso de verificação, ou seja, a partir da baixa da fatura analisamos a entrada do recurso. Nas duas análises não evidenciamos exceções.

h

**(4.5) PARCELAMENTOS DE ENERGIA**

As faturas de energia parceladas pela permissionária com consumidores em atraso, estão segregadas da seguinte forma:

PARCELAMENTOS	ago./2017
Controlado no Sistema	950.590,86
Outros Controles/Planilhas (W1)	3.419.601,72
Parcelamento Longo Prazo (W1)	1.753.183,27
Total	6.123.375,85
Provisão de Perdas	(2.678.987,26)
Total Líquido	3.444.388,59

W1 – Os parcelamentos controlados pelo setor contábil, referem-se a parcelamentos antigos ou de empresas com grande dificuldade financeira (Cooperminas, Met. MDS, Vidres). A provisão de perda de R\$ 2,6 milhões refere-se quase na sua totalidade aos atrasos da empresa Cooperminas.

Os parcelamentos de energia elétrica controlados no sistema, são realizados a pedido do consumidor quando este solicita ao departamento comercial da cooperativa. Sobre esta negociação são cobrados juros de 1% ao mês sobre o total do saldo devedor, exceto juros e multas de períodos anteriores.

De acordo com o relatório de parcelamentos realizados, evidenciamos as seguintes situações:

- Parcelamentos de faturas acima de 06 parcelas. A cooperativa tem como padrão realizar parcelamentos até 06 parcelas e as exceções são tratadas/autorizadas pelo gerente administrativo;
- Entrada do parcelamento menor que o estipulado (30%) pelos procedimentos internos, no entanto, os mesmos possuem autorização da gerencia para efetivar tais contratos;
- Evidenciamos o parcelamento de faturas ainda não vencidas. De acordo com o departamento, em alguns casos, a cooperativa realiza o parcelamento de faturas não vencidas juntamente com faturas vencidas. Este procedimento é realizado para que o consumidor, que teoricamente está com dificuldades financeiras, não venha a atrasar a próxima fatura a vencer.

A resolução 414/Aneel, permite o parcelamento de faturas, no entanto, não menciona se as mesmas devem estar vencidas ou não. De qualquer forma, a negociação de dívida ainda não vencida, pode ser interpretada como sendo uma postergação da data de vencimento e favorecendo determinado consumidor.

Quando a fatura vincenda é parcelada, o consumidor paga somente 1% de juros sobre a energia, diferentemente da fatura vencida que além do 1% de juros, possui multa de 2% e correção monetária conforme IGPM até a data da negociação.

As situações expostas nos itens a) e b) quando ocorridas, são aprovadas pela gerencia administrativa na assinatura do contrato de parcelamento. Cabe ressaltar que as exceções devem ser analisadas com cautela, devido a possibilidade de a permissionária ser questionada pela agência reguladora, caso a mesma detecte tais situações.



14



Entendemos a preocupação da cooperativa em negociar as dívidas para regularizar a situação do consumidor, no entanto, levantamos tais ocorrências para que a Administração tenha ciência e possa medir os possíveis riscos.

(4.6) JUROS E MULTAS NO ATRASO DA FATURA

A cooperativa cobra juros (1% a.m), multa (2%) e correção monetária (IGPM) do consumidor quando este atrasa o pagamento de suas faturas, conforme permite a resolução 414/Aneel.

A mesma resolução menciona que para o cálculo de juros e multa, deve-se excluir do valor devido (base) as multas e juros de períodos anteriores, entre outros valores, conforme segue:

Dos Acréscimos Moratórios

Art. 126 ...

...

§ 2o A multa e os juros de mora incidem sobre o valor total da Fatura, excetuando-se:

I – a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, a qual se sujeita às multas, atualizações e juros de mora estabelecidos na legislação específica;

II – os valores relativos às contribuições ou doações de interesse social; e II – os valores relativos à cobrança de atividades acessórias ou atípicas, contribuições ou doações de interesse social. (Redação dada pela REN ANEEL 581 de 11.10.2013).

III – as multas e juros de períodos anteriores.

Verificamos o procedimento e evidenciamos que a Permissionária exclui da base de cálculo dos juros e multa os próprios juros e multas de períodos anteriores referente a atrasos no pagamento, no entanto, não exclui do cálculo os juros embutidos nos parcelamentos. Vejamos:

	Fatura	Obs
Guto Lavanderia - UC 8487		
Juros e Multas cobrados na fatura de 08/2017		
Dias de atraso fatura 06/2017	24	A
(1% / 31 dias) x 24 dias de atraso	0,774194	B
Base para Multa e Juros	11.561,02	
Itens da Fatura (05/2016)		
Energia e Icms	9.644,74	Base
Cosip/Apae/Convenios	150,00	
Parcelamentos	1.916,28	Base
Juros	-	
Correção monetária	-	Base
Multa	-	
Soma Base	11.561,02	D = Soma Base
Juros calculados	89,50	= B x D
Multa Calculada	231,22	= D x 2%

h

15



Conforme demonstrado acima, o valor de R\$ 1.916,28 referente ao parcelamento de energia faz base para cálculo de juros e multa no atraso da fatura de 06/2017, consequentemente os juros embutidos no parcelamento também estão fazendo parte desta base.

Do total negociado (6 x R\$ 1.916,28) evidenciamos o seguinte montante de juros e multa embutidos no referido parcelamento:

Descrição	RS
Juros e multa ref atraso Fatura 01/2017	159,39
Juros e multa ref atraso Fatura 02/2017	239,32
Juros referente ao parcelamento	391,93
Juros e multa ref faturas 03 e 04/2017	406,32
Total juros e multa parcelados	1.196,96

Destacamos que somente é pago juros sobre juros e multa, quando o consumidor atrasa uma fatura que contém itens de parcelamento.

Desta forma recomendamos uma análise detalhada da respectiva situação, no intuito de resguardar a cooperativa de possíveis questionamentos.

(4.7) CONSIDERAÇÕES GERAIS - DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Conforme exposto nas situações acima, evidenciamos que a Coopera possui procedimentos internos compatíveis com a estrutura da cooperativa. As recomendações que pontuamos tem o intuito de adicionar melhorias aos processos já implantados.

Destacamos as situações elencadas sobre os parcelamentos, que eventualmente podem ser questionadas em relação a isonomia no atendimento ao consumidor.





5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste trabalho tiveram como objetivo testar a existência dos controles auxiliares e se os mesmos estão propensos a falhas ou erros. Quando possível, fizemos recomendações para um melhor controle.

Conforme exposto nas situações acima, evidenciamos que a Coopera possui adequado registro de sua movimentação financeira, e mantém consonância com os procedimentos adotados pelos departamentos já auditados (Compras/Almoxarifado e Financeiro/Cobrança).

Durante os trabalhos, não foram evidenciadas situações emergentes que pudessem ocasionar riscos à cooperativa ou que as falhas que ocasionalmente venham a ocorrer não possam ser rastreadas.

Destacamos que este trabalho de auditoria não tem o intuito de validar os gastos realizados pela Cooperativa ou se os serviços contratados foram aplicados em sua totalidade.

Criciúma, 23 de abril de 2018.



MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O
JOSÉ HENRIQUE EYNG
Contador CRC-SC N° 17.329/O-8

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro
I - Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2017	2016
<u>Circulante</u>		<u>37.619,52</u>	<u>55.259,63</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	14.861,44	36.946,39
Consumidores	4	15.018,64	12.008,86
Serviços em Curso		443,44	575,55
Tributos Compensáveis		1.852,69	2.075,01
Depósitos Judiciais		337,27	337,27
Almoxarifado Operacional		150,88	110,04
Investimentos Temporários	7	0,00	93,58
Ativos Financeiros Setoriais	6	4.054,22	1.768,36
Despesas Pagas Antecipadamente		217,73	213,41
Outros Ativos Circulantes		683,22	1.131,16
<u>Não Circulante</u>		<u>78.527,33</u>	<u>89.758,29</u>
Consumidores	4	1.470,04	2.292,62
Tributos Compensáveis		433,72	686,67
Outros Ativos Não Circulantes		0,00	0,00
Bens e Atividades Não Vinculadas a Permissão		469,30	1.324,05
Imobilizado	5	75.123,78	84.403,14
Intangível	5	1.030,50	1.051,80
TOTAL DO ATIVO		<u>116.146,85</u>	<u>145.017,91</u>
PASSIVO	NE	2017	2016
<u>Circulante</u>		<u>15.400,97</u>	<u>51.747,74</u>
Fornecedores		3.813,24	3.479,99
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas		1.634,97	1.246,93
Impostos e Contribuições sociais		274,55	388,91
Empréstimos e Financiamentos	7	0,00	0,00
Encargos do Consumidor a recolher		2.603,79	1.092,81
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética		2.066,51	1.913,27
Passivos Financeiros Setoriais	6	200,51	6.279,22
Outros Passivos Circulantes		4.807,42	37.346,60
<u>Não Circulante</u>		<u>5.871,66</u>	<u>5.206,77</u>
Impostos e Contribuições sociais		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos	7	171,10	234,19
Provisões para Contingências	8	335,00	335,00
Obrigações Vinculadas a Permissão do Serviço Público	9	5.307,62	4.630,02
Outros Passivos Não Circulantes		57,94	7,56
<u>Patrimônio Líquido</u>		<u>94.874,21</u>	<u>88.063,40</u>
Capital Social	10	13.495,28	15.351,14
Outros Resultados Abrangentes		2.646,19	3.222,60
<u>Reservas de Sobras</u>	10	<u>76.410,74</u>	<u>65.647,24</u>
<u>Reservas Estatutárias</u>		<u>76.410,74</u>	<u>65.647,24</u>
Reserva Legal		27.455,08	18.947,27
FATES		3.101,50	3.468,02
Reserva de Manut. Ampliação e Melhoria		45.854,15	43.231,94
<u>Sobras ou Perdas a Disposição da AGO</u>		<u>2.322,01</u>	<u>3.842,43</u>
Sobras a Disposição da AGO		2.322,01	3.842,43
TOTAL DO PASSIVO		<u>116.146,85</u>	<u>145.017,91</u>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro
II - Demonstração do Resultado do Exercício
 (Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2017	2016
Receita Operacional	11	98.413,70	91.611,10
Fornecimento de Energia Elétrica		35.282,40	27.221,44
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		52.376,83	51.629,10
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		8.313,67	10.961,58
Serviços Cobráveis		158,36	92,84
Doações, Contrib. e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		2.282,44	1.706,15
(-) Tributos		(17.508,71)	(16.051,01)
ICMS		(17.508,71)	(16.051,01)
PIS PASEP		0,00	0,00
COFINS		0,00	0,00
(-) Encargos - Parcela "A"		(14.784,34)	(15.779,34)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		0,00	(95,49)
Programa de Eficiência Energética - PEE		0,00	(95,49)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(8.775,71)	(12.803,32)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(139,78)	(139,31)
Outros Encargos - Bandeiras Tarifárias		(5.868,85)	(2.645,73)
(=) Receita Líquida / Ingresso Líquido		66.120,66	59.780,75
(-) Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(39.031,56)	(25.435,03)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(34.058,97)	(22.239,79)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(4.972,59)	(3.195,24)
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		27.089,10	34.345,73
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(20.161,01)	(20.484,03)
Pessoal e Administradores	12	(9.747,36)	(9.262,11)
Material		(761,36)	(808,52)
Serviços de Terceiros		(2.130,76)	(2.319,49)
Arrendamentos e Aluguéis		(228,37)	(15,94)
Seguros		(35,85)	(47,88)
Doações, Contribuições e Subvenções		(215,05)	(214,66)
Provisões		413,60	(1.825,35)
(-) Recuperação de Despesas		52,85	48,92
Tributos		(116,35)	(120,46)
Depreciação e Amortização		(3.619,61)	(3.888,27)
Gastos Diversos		(3.772,74)	(2.030,27)
Outras Receitas Operacionais		1.802,74	1.129,02
Outras Despesas Operacionais		(895,19)	(760,16)
(=) Resultado da Atividade		7.835,63	14.230,56
(+) Resultado Financeiro		3.630,74	5.871,80
Receitas Financeiras		3.923,99	7.369,34
Despesas Financeiras		(293,25)	(1.497,54)
(=) Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		11.466,37	20.102,36
(-) IRPJ		(736,64)	(1.229,43)
(-) CSLL		(274,55)	(451,24)
(=) Resultado Líquido do Exercício		10.455,18	18.421,69

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro
III - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Reserva de Reavaliação	Reserva de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	FATES	Reserva de Manut., Ampl. e Melhoria		
Saldo em 31/12/2015	12.404,07	3.830,04	0,00	42.841,31	3.059,45	37.897,10	2.244,49	102.276,46
Aumento de Capital:								
Por Integralização de Quotas	12,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,31
Ajuste	0,00	0,00	0,00	42,59	0,00	0,00	0,00	42,59
Devolução de Capital	(699,14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(699,14)
Utilização de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	(620,43)	0,00	620,43	0,00
Reserva para desmembramento	0,00	0,00	0,00	(31.621,49)	0,00	0,00	0,00	(31.621,49)
Incorporação de Reservas	1.389,41	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.389,41)	0,00	0,00
Destinação do Resultado - AGO								
Distribuição de Sobras	2.244,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.244,49)	0,00
Resultado Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.421,69	18.421,69
Destinações Estatutárias	0,00	0,00	0,00	7.684,86	1.029,00	6.724,26	(15.438,12)	0,00
Realização de Reavaliação	0,00	(238,42)	0,00	0,00	0,00	0,00	238,42	0,00
Baixa da Reavaliação	0,00	(369,02)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(369,02)
Saldo em 31/12/2016	15.351,14	3.222,60	0,00	18.947,27	3.468,02	43.231,95	3.842,42	88.063,39
Aumento de Capital:								
Por Integralização de Quotas	11,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,59
Créditos Não Reclamados	0,00	0,00	0,00	580,28	0,00	0,00	0,00	580,28
Devolução de Capital	(18,47)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(18,47)
Utilização de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.029,00)	0,00	1.029,00	0,00
Transferência p/desmembramento	(3.573,39)	0,00	0,00	3.283,52	0,00	0,00	0,00	(289,87)
Incorporação de Reservas	1.441,31	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.441,31)	0,00	0,00
Destinação do Resultado - AGO								
Distribuição de Sobras	283,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.842,43)	(3.559,34)
Resultado Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.455,18	10.455,18
Destinações Estatutárias	0,00	0,00	0,00	4.644,01	662,48	4.063,51	(9.370,01)	0,00
Realização de Reavaliação	0,00	(207,84)	0,00	0,00	0,00	0,00	207,84	0,00
Baixa da Reavaliação	0,00	(368,56)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(368,56)
Saldo em 31/12/2017	13.495,27	2.646,20	0,00	27.455,08	3.101,50	45.854,16	2.322,00	94.874,21

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro
IV - Demonstração do Fluxo de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(21.668,85)	10.641,86
Recebimentos de Consumidores	85.595,98	81.795,48
Subsídios tarifários e Redução Tarifária	2.529,17	1.392,07
Outros Recebimentos Operacionais	1.782,22	922,66
Fornecedores - Materiais e Serviços	(4.482,74)	(3.841,86)
Fornecedores - Energia Elétrica	(31.249,94)	(18.564,69)
Salários e Encargos Sociais	(9.179,34)	(8.925,74)
Tributos sobre a Receita - Federais	(1.579,56)	(1.644,98)
Tributos sobre a Receita - Estaduais	(17.146,62)	(17.407,11)
Repasse COSIP e outros convenios	(3.410,97)	(2.866,48)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(6.762,43)	(3.110,03)
Demais Encargos Regulatórios	(13.270,46)	(13.538,16)
Dispendios cobertos pelo FATES	(705,86)	(1.140,09)
Repasse Desmembramento	(22.561,90)	0,00
Outras Despesas Operacionais	(1.226,40)	(2.429,22)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(2.833,45)	(6.755,93)
Intangível	(2.833,45)	(6.755,93)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(24.502,31)	3.885,93
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	2.417,35	2.654,04
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(72,80)	(1.804,64)
Receitas de Aplicações Financeiras	2.286,27	4.225,33
Integralização de Capital	11,59	12,31
Devolução de Capital	(18,47)	(40,00)
Outras Receitas Financeiras	210,77	261,03
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(22.084,96)	6.539,96
Varição Líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	(22.084,96)	6.539,96
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do Exercício	36.946,39	30.406,43
No fim do Exercício	14.861,44	36.946,39

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas

Explicativas Das

Demonstrações

Contábeis

Regulatórias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota 01. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência.

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Nota 02. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Nota 03. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 03 a 07, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em outubro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação foi registrada em 31 de outubro de 2013, baseado em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária relacionados à Resolução Homologatória nº 1.597, de 27 de agosto de 2013, com efeitos retroativos à data base de 28 de setembro de 2012.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado.

Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Nota 04. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Consumidores	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/devedores duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/devedores duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	até 90 dias	91 até 180 dias	181 até 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
ATIVO CIRCULANTE														
Consumidores	11.886,17	0,00	1.712,92	168,00	26,00	4.167,61	(4.351,39)	132,02	1.148,21	29,84	2.675,99	(2.576,75)	15.018,64	12.008,85
Fornecimento	10.115,46	0,00	1.642,58	159,93	23,80	2.985,47	(3.270,93)	132,02	1.148,21	29,84	2.675,99	(2.576,75)	13.065,62	9.985,25
Residencial	1.628,07	0,00	657,02	11,31	20,53	45,77	(77,61)	13,51	3,94	5,75	3,65	(2,94)	2.309,00	1.867,94
Industrial	7.098,14	0,00	771,77	145,48	1,19	2.920,37	(3.172,70)	101,11	1.140,66	19,13	2.667,98	(2.571,05)	9.122,09	6.639,00
Comercial	576,91	0,00	136,54	1,59	1,26	16,72	(18,02)	13,65	3,40	3,57	2,78	(1,20)	737,20	604,75
Rural	433,20	0,00	75,96	1,55	0,81	2,60	(2,60)	3,75	0,21	1,39	1,58	(1,56)	516,90	468,19
Poder Público	86,90	0,00	1,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,17	69,76
Iluminação Pública	228,13	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228,15	276,66
Serviço Público	64,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64,12	58,95
Serviço Taxado	13,49	0,00	14,66	1,03	1,50	2,52	(4,85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,34	19,70
Renda não faturada	1.668,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.668,21	1.533,96
Participação Financeira	46,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46,15	65,22
Outros Créditos	84,47	0,00	55,69	7,04	0,70	1.179,62	(1.075,60)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251,93	442,75
Encargos Moratórios	84,47	0,00	55,69	7,04	0,70	103,58	(104,57)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146,92	442,75
Cobrança Judicial Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.076,04	(971,03)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,01	0,00
Arrecadação Processo Classificação	(41,62)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(41,62)	(38,04)
ATIVO NÃO CIRCULANTE														
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050,35	0,00	0,00	(580,31)	1.470,04	2.292,62
Fornecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.292,62
Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.292,62
Outros Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050,35	0,00	0,00	(580,31)	1.470,04	0,00
Cobrança Judicial Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050,35	0,00	0,00	(580,31)	1.470,04	0,00

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- Análise individual do saldo de cada consumidor, obtendo um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- Experiência da administração da cooperativa em relação às perdas efetivas com consumidores, considerando o histórico de perdas, com parâmetro nos dois últimos anos;
- Existência de garantias reais;
- Análise das contas vencidas e a vencer de consumidores que tenham renegociado seus débitos;
- Análise dos devedores em situação de concordata e/ou falência.

Para os demais casos, foram incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa os valores totais dos créditos enquadrados nas seguintes situações:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
 Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
 CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

Nota 05. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	93.454,24	-	(1.583,24)	4.731,92	(646,18)	95.956,74	3.148,69	(22.500,38)	73.456,37	73.694,86	-	-	-
Terrenos	290,40	-	-	-	-	290,40	-	-	290,40	290,40	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.089,93	-	-	-	-	1.089,93	-	(166,24)	923,69	960,99	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	91.759,69	-	(1.573,05)	4.715,34	(646,18)	94.255,80	3.142,29	(22.187,08)	72.068,72	72.256,64	-	-	-
Veículos	64,39	-	(10,19)	14,18	-	68,38	4,00	(12,18)	56,20	56,35	-	-	-
Móveis e Utensílios	249,83	-	-	2,40	-	252,23	2,40	(134,88)	117,36	130,48	-	-	-
Administração	8.961,40	-	(8.453,47)	36,85	-	544,78	(8.416,62)	(317,31)	227,47	8.616,67	-	-	-
Terrenos	1.091,60	-	(1.091,60)	-	-	-	(1.091,60)	-	-	1.091,60	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	6.899,88	-	(6.899,88)	-	-	-	(6.899,88)	-	-	6.830,34	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	565,30	-	(236,39)	36,85	-	365,76	(199,54)	(200,74)	165,02	397,01	-	-	-
Veículos	178,85	-	-	-	-	178,85	-	(116,48)	62,38	78,43	-	-	-
Móveis e Utensílios	225,77	-	(225,60)	-	-	0,17	(225,60)	(0,10)	0,07	219,29	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	102.415,64	-	(10.036,70)	4.768,77	(646,18)	96.501,52	(5.267,93)	(22.817,69)	73.683,84	82.311,53	-	-	-

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
 Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
 CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	1.741,34	10.515,20	-	(11.087,68)	-	1.168,86	(572,48)	-	1.168,86	1.741,34	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	812,78	5.004,02	-	(5.472,30)	-	344,50	(468,28)	-	344,50	812,78	-	-	-
Outros	928,56	5.511,18	-	(5.615,38)	-	824,36	(104,20)	-	824,36	928,56	-	-	-
Administração	350,27	804,47	-	(883,66)	-	271,08	(79,19)	-	271,08	350,27	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	30,47	-	(30,47)	-	-	-	-	-	(0,00)	-	-	-
Outros	350,27	774,00	-	(853,19)	-	271,08	(79,19)	-	271,08	350,27	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.091,61	11.319,67	-	(11.971,34)	-	1.439,94	(651,67)	-	1.439,94	2.091,61	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	104.507,25	11.319,67	(10.036,70)	(7.202,57)	(646,18)	97.941,46	(5.919,60)	(22.817,69)	75.123,78	84.403,14	-	-	-

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
 Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
 CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	1.120,34	-	-	4,89	-	1.125,23	4,89	(102,09)	1.023,14	1.035,24
Servidões	979,06	-	-	-	-	979,06	-	-	979,06	979,06
Softw ares	141,28	-	-	4,89	-	146,17	4,89	(102,09)	44,08	56,18
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	124,29	-	(5,39)	-	-	118,90	(5,39)	(111,54)	7,36	16,56
Softw ares	124,29	-	(5,39)	-	-	118,90	(5,39)	(111,54)	7,36	16,56
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.244,63	-	(5,39)	4,89	-	1.244,13	(0,50)	(213,63)	1.030,49	1.051,80
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	4,89	(4,89)	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	4,89	(4,89)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	4,89	(4,89)	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	1.244,63	4,89	(10,28)	4,89	-	1.244,13	(0,50)	(213,63)	1.030,49	1.051,80

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	91.759,68	-	(1.573,05)	4.715,33	(646,18)	94.255,80	3.142,28
Transformador de Distribuição	10.718,46	-	(363,13)	628,99	(473,45)	10.510,87	265,86
Medidor	2.984,02	-	(45,99)	533,02	(10,31)	3.460,74	487,03
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	46.289,22	-	(874,31)	3.087,31	(162,42)	48.339,81	2.213,00
Redes Alta Tensão (69 kV)	9.199,96	-	-	-	-	9.199,96	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	18.978,78	-	-	-	-	18.978,78	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	3.589,23	-	(289,62)	466,01	-	3.765,63	176,39
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(4.939,52)	(456,84)	-	-	-	(5.396,36)	(456,84)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(3.822,27)	(456,84)	-	-	-	(4.279,11)	(456,84)
Outros	(1.117,25)	-	-	-	-	(1.117,25)	-
Originadas da Receita	(1.117,25)	-	-	-	-	(1.117,25)	-
Ultrapassagem de demanda	(436,21)	-	-	-	-	(436,21)	-
Excedente de reativos	(681,04)	-	-	-	-	(681,04)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	2017			2016
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Geração		-	-	-
Custo Histórico				-
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
Transmissão		-	-	-
Custo Histórico				-
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
Distribuição	3,95%	95.956,74	(22.500,38)	73.456,37
Custo Histórico		91.573,49	(20.763,31)	70.810,18
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação		4.383,26	(1.737,06)	2.646,19
Administração	8,91%	544,78	(317,31)	227,47
Custo Histórico		544,78	(317,31)	227,47
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
Comercialização		-	-	-
Custo Histórico				-
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	490,95
Custo Histórico				490,95
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
		96.501,52	(22.817,69)	73.683,84
Em Curso - R\$ Mil				
Geração				-
Transmissão				-
Distribuição		1.168,86		1.168,86
Administração		271,08		271,08
Comercialização				-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica				-
		1.439,94	-	1.439,94
		97.941,46	(22.817,69)	75.123,78
				84.894,09

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos							-
Reservatórios, Barragens e Adutoras							-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias							-
Máquinas e Equipamentos	2.673,74	575,48	606,67			120,79	3.976,68
Móveis e Utensílios	2,40						2,40
A Ratear							-
Desenvolvimento de Projetos							-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	306,66	134,84					441,50
Material em Depósito	3.492,63						3.492,63
Compras em Andamento	2.217,94						2.217,94
Adiantamentos a Fornecedores	348,13						348,13
Depósitos Judiciais							-
Outros	364,21	7,50					371,71
Total das Adições	9.405,71	717,82	606,67	-	-	120,79	10.850,99

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11/08/2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Chave seccionadora classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de Força	2,86%
Transformador de Distribuição Aéreo	4,00%
Administração	
Veículos	14,29%
Edificações	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Software	20,00%
Urbanizações e Benfeitorias	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais **adições** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 Cabo Quadruplex XLPE 3X70+70MM CA	462,66
2 Medidor Trifásico Eletrônico E34A 15A 120A 240V	336,88
3 Poste DT 10x300	289,49
4 Poste DT 11x300	227,73
5 Transformador Trif. 15 kv 75 kva 380/220V	215,65
6 Caminhão Iveco Daily 55C17, Ano 2016/Mod. 2017 c/ Cesto	191,64
7 Regulador de Tensão Monof. 13.8KV/300A - 414 KVA	186,56
8 Poste DT 9x150	174,33
9 Transformador Trif. 15 kv 30 kva 380/220V	170,22
10 Medidor Monofásico Eletrônico E22A 15A 240V	169,77

As dez principais **baixas** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 Regulador de Tensão Monof. 13.8KV/300A - 414 KVA	161,52
2 Transformador Trif. 15 kv 75 kva 380/220V	130,02
3 Transformador Trif. 15 kv 45 kva 380/220V	89,87
4 Caminhão Iveco Daily 70C17, Ano 2015/Mod. 2016 c/ Cesto	86,40
5 Caminhão F4000 4x4 Ford, Ano 2015/Mod. 2016 c/ Cesto	86,40
6 Transformador Trif. 15 kv 30 kva 380/220V	69,34
7 Caminhão F350 Ford, Ano 2010/Mod. 2011	66,88
8 Cabo de Alumínio CAA4	65,42
9 Cabo de Alumínio CA2	63,69
10 Poste DT 9x300	47,29

Nota 06. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Os componentes financeiros são apurados anualmente e acrescentados ou subtraídos das tarifas finais pagas pelos consumidores para compensação nos 12 (doze) meses subsequentes ao reajuste tarifário em processamento.

Ressalta-se que, para as permissionárias, não há previsão legal para a realização de ajustes compensatórios posteriores relativos à variação de valores dos itens da Parcela A entre as datas de realização dos processos tarifários, a exemplo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens de Parcela A – CVA, estabelecida para as concessionárias de distribuição.

O financeiro de Neutralidade dos Encargos Setoriais refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores de cobertura tarifária contemplados no processo tarifário anterior.

O financeiro de compensação dos custos com PIS/COFINS refere-se às despesas de PIS/COFINS incidentes nas faturas de despesas com Compra de Energia e Uso dos Sistemas de Transmissão e/ou Distribuição, não contempladas na cobertura tarifária econômica, que são repassadas às tarifas finais como componente financeiro.

Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, refere-se a parcela de ajuste dos encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, em função do descasamento do reajuste tarifário das transmissoras com o da permissionária e, esse valor, desde que passível de repasse às tarifas desta, será atualizado para a data do reajuste em processamento e incorporado aos componentes financeiros, para fins de definição da cobertura tarifária anual.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)										
Custo da Energia de Itaipu										
Proinfra										
Transporte Rede Básica										
Transporte de Energia - Itaipu										
ESS										
CDE										
CFURH										
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.768,36	3.816,42	(1.317,89)	40,18	(252,86)	4.054,22	1.303,32	2.750,90	4.054,22	-
Majoração PIS/Cofins										
Programas Sociais Governamentais										
Quota Parte de Energia Nuclear										
Neutralidade da Parcela A	1.768,36	3.816,42	(1.317,89)	40,18	(252,86)	4.054,22	1.303,32	2.750,90	4.054,22	
Sobrecontratação de Energia										
Diferimento de Reposição na RTP										
Outros										
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.										
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.768,36	3.816,42	(1.317,89)	40,18	(252,86)	4.054,22	1.303,32	2.750,90	4.054,22	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)						-				
Custo da Energia de Itaipu						-				
Proinfa						-				
Transporte Rede Básica						-				
Transporte de Energia - Itaipu						-				
ESS						-				
CDE						-				
CFURH						-				
Demais Passivos Financeiros Setoriais	6.279,22	387,02	(6.217,95)	5,07	(252,85)	200,51	104,95	95,55	200,51	-
Majoração PIS/Cofins						-				
Programas Sociais Governamentais						-				
Quota Parte de Energia Nuclear						-				
Neutralidade da Parcela A	1.322,34	383,31	(1.259,85)	4,99	(252,85)	197,93	102,52	95,41	197,93	
Sobrecontratação de Energia						-				
Devoluções Tarifárias	4.956,88	3,71	(4.958,10)	0,09		2,58	2,43	0,15	2,58	
Outros						-			-	
Total Passivos Financeiros Setoriais	6.279,22	387,02	(6.217,95)	5,07	(252,85)	200,51	104,95	95,55	200,51	-

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
 Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
 CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

Nota 07. Empréstimos e Financiamentos

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	Selecionar		Selecione	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar
Linha 01 (informar instituição ou linha)				-											
Linha 02				-											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	171,10	171,10	Selecionar		Selecione	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar
Banco do Brasil - PESA		-	171,10	171,10	Sim	mar-00	Outras	IGP-M	9,00%	30/11/18	Anual	30/11/18	30/11/20	Anual	Bullet (final)
		-	-	-											
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-											
União	-	-	-	-	Selecionar		Selecione	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar
União 01				-											
União 02				-											
Estado	-	-	-	-	Selecionar		Selecione	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar
Estado 01				-											
Estado 02				-											
Município				-											
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	Selecionar		Selecione	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar
Pensão 01				-											
Pensão 02				-											
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	Selecionar		Selecione	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar
Renegociação 01 (credor ou encargo?)				-											
Renegociação 02				-											
Mútuos Passivos	-	-	-	-	Selecionar		Selecione	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar
Mútuo 01				-											
Mútuo 02				-											
Diversos	-	-	-	-	Selecionar		Selecione	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar
Outros 01				-											
Outros 02				-											
Total por Dívida	-	-	171,10	171,10											
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	171,10	171,10											
Tributária	-	-	-	-											
Fundo de Pensão	-	-	-	-											
Intra-setoriais	-	-	-	-											
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-											
Diversos	-	-	-	-											

Abertura dos Ativos Financeiros

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?		Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Freqüência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Freqüência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Ativos Financeiros	-	14.861,44	-	14.861,44										
Caixa e Aplicações Financeiras	-	14.861,44	-	14.861,44	Selecionar		Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)		14.861,44		14.861,44										

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
 Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
 CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

Composição do Endividamento e Dívida Líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
(+) Dívida Bruta	-	-	171,10	171,10	234,19
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	171,10	171,10	234,19
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intra-setoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
(-) Ativos Financeiros	-	(14.861,44)	-	(14.861,44)	(37.039,97)
Alta Liquidez	-	(14.861,44)	-	(14.861,44)	(37.039,97)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida I	-	(14.861,44)	171,10	(14.690,34)	(36.805,78)
(+/-) Derivativos / Fair Value	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida II	-	(14.861,44)	171,10	(14.690,34)	(36.805,78)

Nota 08. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2016				-			-
Constituição	335,00						335,00
Pagamentos							-
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades							-
Atualização Monetária							-
Baixas							-
Outros							-
Saldos em 31/12/2017	335,00	-	-	-	-	-	335,00
Circulante							
Não Circulante	335,00						335,00

Nota 09. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		5.396,37	-	-	5.396,37
Participação da União, Estados e Municípios					-
Participação Financeira do Consumidor		755,84			755,84
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		3.523,27			3.523,27
Programa de Eficiência Energética - PEE		-			-
Pesquisa e Desenvolvimento		-			-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica					-
Outros		1.117,25	-	-	1.117,25
Ultrapassagem de demanda		436,21			436,21
Excedente de reativos		681,04			681,04
Diferença das perdas regulatórias					-
Outros					-
(-) Amortização Acumulada - AIS		(761,33)	-	-	(761,33)
Participação da União, Estados e Municípios					-
Participação Financeira do Consumidor	3,75%	(120,72)			(120,72)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,74%	(584,91)			(584,91)
Programa de Eficiência Energética - PEE					-
Pesquisa e Desenvolvimento					-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica					-
Outros		(55,70)	-	-	(55,70)
Ultrapassagem de demanda		(21,75)			(21,75)
Excedente de reativos		(33,95)			(33,95)
Diferença das perdas regulatórias					-
Outros					-
Total		4.635,03	-	-	4.635,03

Obrigações Vinculadas a Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da permissão.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em curso	247,38	607,38	-	(615,84)	-	672,60	425,21	-	672,60	247,38
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	14,14	108,81	-	(122,95)	-	-	(14,14)	-	-	14,14
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	358,91	-	(358,91)	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	106,17	89,47	-	(94,89)	-	100,74	(5,43)	-	100,74	106,17
Valores Não Aplicados	23,78	50,20	-	(39,09)	-	34,89	11,11	-	34,89	23,78
Outros	103,29	-	-	-	-	536,97	433,67	-	536,97	103,29
Ultrapassagem de demanda	56,82	237,71	-	(1,12)	-	293,42	236,60	-	293,42	56,82
Excedente de reativos	46,47	198,10	-	(1,02)	-	243,55	197,08	-	243,55	46,47
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	247,38	607,38	-	(615,84)	-	672,60	425,21	-	672,60	247,38

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
 Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
 CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 Cabo Quadruplex xlpe 3x50+50mm CA	105,91
2 Transformador Trif. 15 kv 75 kva 380/220 V	53,23
3 Cabo de Alumínio CA 2	30,88
4 Poste D.T. 10x300 kn	29,52
5 Poste D.T. 9x150 kn	25,20
6 Cabo Quadruplex xlpe 3x70+70mm CA	19,51
7 Poste D.T. 9x600 kn	18,30
8 Poste D.T. 9x300 kn	16,59
9 Transformador Trif. 15 kv 112,5 kva 380/220 V	11,55
10 Poste D.T. 11x300 kn	10,91

Nota 10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 13 milhões e sua composição e principais associados é a seguinte:

Nome Associado	Cargo	Valor R\$	Quant. Cotas	Percentual
Walmir João Rampinelli	Presidente	0,51	505,81	0,004%
Carlos Alberto Arns	Vice-Presidente	0,38	377,69	0,003%
Dimas Kammer	1º. Secretário	0,15	147,13	0,001%
Edgar Preis	2º. Secretário	0,67	674,35	0,005%
Tiago Dagostin Paseto	1º. Conselheiro	0,13	129,99	0,001%
Amelio Rosso	2º. Conselheiro	0,14	137,69	0,001%
Odo D'altoé	3º. Conselheiro	0,30	304,85	0,002%
Geraldo Manique Barreto	1º. Suplente	0,13	130,73	0,001%
Lodejane Zanoni	2º. Suplente	1,64	1.644,60	0,012%
Anita Izabel Borges Fabris	3º. Suplente	0,04	39,36	0,000%
Demais Associados		13.491,18	13.491.183,75	99,970%
Total		13.495,28	13.495.275,95	

Reservas de Sobras – R\$ mil

	2017	2016
Reserva legal	27.455,08	18.947,27
FATES	3.101,50	3.468,02
Reserva Estatutárias	45.854,15	43.231,94
	76.410,74	65.647,23

Fundo de Reserva: É indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. É constituído por 40% das sobras do exercício social conforme reforma estatutária de 22/07/2011, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: Também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

Fundo de Manutenção e Expansão: É constituído por 35% das sobras líquidas do exercício social conforme reforma estatutária de 22/07/2011, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

Nota 11. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento - Faturado	24.228	23.517	281.542	274.178	35.716,075	27.535.164
Residencial	19.483	18.858	52.990	51.269	9.008,19	6.502,70
Industrial	476	491	183.625	178.567	19.892,07	15.911,91
Comercial	1.400	1.360	14.916	15.173	2.833,25	2.252,80
Rural	2.555	2.503	15.655	15.060	1.921,59	1.372,24
Poder público	218	212	2.180	2.131	408,13	295,57
Iluminação pública	70	70	10.334	10.144	1.308,25	941,88
Serviço público	26	23	1.841	1.834	344,60	258,07
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					52.376,83	51.629,10
(-) Transferências	-	-	-	-	(433,67)	(313,73)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(236,60)	(139,61)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(197,08)	(174,12)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					0,00	0,00
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					8.313,67	10.961,58
Serviços Cobráveis					158,36	92,84
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					2.282,44	1.706,15
Total	24.228	23.517	281.542	274.178	98.413,70	91.611,10

Nota 12. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2017	2016
Pessoal	9.236,92	8.780,48
Remuneração	6.170,11	5.872,07
Encargos	2.386,03	2.181,58
Previdência privada	0,00	0,00
Previdência - Fundação - Mantenedora	0,00	0,00
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	0,00	0,00
Assistência médica	326,09	306,52
Programa de demissão voluntária	0,00	0,00
Despesas rescisórias	58,88	150,68
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	0,00	0,00
(-) Créditos de tributos recuperáveis	0,00	0,00
Outros	295,82	269,63
Administradores	510,44	481,63
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	510,44	481,63
Benefícios dos administradores	0,00	0,00
(-) Créditos de tributos recuperáveis	0,00	0,00
Total	9.747,36	9.262,11

Nota 13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.466,37	20.102,36
Imposto de renda e contribuição social calculados (25% e 9%)	1.011,20	1.680,67
Efeitos fiscais sobre:		
<i>Ato Cooperativo</i>	2.932,04	5.258,92
Imposto de renda e contribuição social no resultado	3.943,24	6.939,59

Nota 14. Revisão e Reajuste Tarifário

Em uma primeira etapa entre 14 de abril de 2011 e 14 de julho de 2011, a ANEEL submeteu às Audiências Públicas nº 019/2011 e nº 027/2011, as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, no período de 15 de março de 2013 a 15 de junho de 2013, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

A Resolução Normativa nº 537, de 05 de março de 2013, aprovou o Submódulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 1CRTP-P.

Para a segunda Revisão Tarifária Periódica - RTP, a permissionária adotou a metodologia estabelecida no Submódulo 8.4, revisão 1.0 e no Submódulo 8.2, revisão 2.0 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, ambos com data de vigência de 28/03/2016 e aprovados pela Resolução Normativa nº 704/2016.

Em setembro de 2017 o processo tarifário também atendeu o disposto no submódulo 8.4 do PRORET, ou seja, agora anualmente os processos tarifários serão sempre regrados por este submódulo que trata tanto de revisões como reajustes. Para cálculo dos itens de parcela "A", permanece vigente a metodologia disposta no submódulo 8.2 do PRORET.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.327, de 31 de outubro de 2017, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da COOPERA resultantes do processo de reajuste tarifário de 2017, cujo reajuste médio foi de 10,79%, correspondendo ao efeito médio percebido pelos consumidores.

Resumo do Processo Tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Submódulo 8.4, revisão 1.0 e no Submódulo 8.2, revisão 2.0 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, ambos com data de vigência de 28/03/2016 e aprovados pela Resolução Normativa nº 704/2016, o reajuste tarifário da Outorgada é sintetizado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Parcela A

	DRA	DRP	Part.	Var.
Encargos	11.515,64	9.665,93	-2,41%	-16,06%
Reserva Global de Reversão – RGR			0,00%	-
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC			0,00%	-
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	151,01	113,65	-0,05%	-24,74%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.023,33	7.423,43	-2,09%	-17,73%
Compensação financeira - CFURH			0,00%	-
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER			0,00%	-
PROINFA	2.341,30	2.128,85	-0,28%	-9,07%
P&D e Eficiência Energética			0,00%	-
ONS			0,00%	-
Transporte	3.334,73	7.172,17	5,01%	115,08%
Rede Básica	2.564,20	6.205,49	4,75%	142,01%
Rede Básica Fronteira	770,53	966,68	0,26%	25,46%
Rede Básica ONS (A2)			0,00%	-
Rede Básica Export. (A2)			0,00%	-
MUST Itaipu			0,00%	-
Transporte de Itaipu			0,00%	-
Conexão			0,00%	-
Uso do sistema de distribuição			0,00%	-
Energia	30.284,10	32.510,43	2,91%	7,35%
Valor da Parcela A	45.134,46	49.348,53	5,50%	9,34%

A Parcela B pleiteada para este processo tarifário segue o preceito do Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e foi aprovada pelo conselho de administração da COOPERA em reunião específica realizada em 28/08/2017 devidamente registrada em ata cuja cópia deve fazer parte deste relatório.

Para a composição da Parcela B foram considerados os seguintes componentes:

Quota de Reintegração Regulatória:

Para obtermos o valor da QRR utilizamos o banco de preços SISBASE-P com atualização dos índices à data do reajuste, e procedemos com ajustes nos VNR de Subestações e linhas de distribuição, que no último ciclo de revisão tarifária se mostraram muito aquém dos valores investidos pela COOPERA nos últimos anos.

Remuneração de Capital:

Com o mesmo banco de preços SISBASE-P atualizado, utilizamos o índice de 12% (doze por cento) para o WACC, formado por uma média dos custos de capital proveniente de instituições financeiras.

Custos Operacionais:

Este valor está baseado no histórico dos últimos doze meses, com o acréscimo de estimativas de reajustes salariais no início de 2017, haja vista que a data base do dissídio coletivo da classe dos eletricitários em SC é no mês de maio.

Investimentos:

Valor obtido dos montantes já aprovados em AGO de prestação de contas do exercício de 2016, somando-se a alguns projetos a serem realizados durante este ciclo, devidamente registrados no planejamento estratégico da empresa, deduzindo-se os valores projetados para outras receitas.

Destas análises, chegamos aos seguintes valores que compõem a Parcela B, bem como o seu resultado total:

Composição da Parcela B	
Descrição	Valores
Quota de Reintegração Regulatória	4.124,69
Remuneração de Capital	10.229,58
Custos Operacionais	8.000,00
Investimentos	1.500,00
Total	23.854,28

Parcela B

	DRA	DRP	Part.	Var.
Valor da Parcela B	31.490,51	23.854,28	-9,97%	-24,25%

Os componentes financeiros pleiteados pela COOPERA totalizam R\$ 1.946,16 (um milhão, novecentos e quarenta e seis mil, dezesseis reais positivos) em decorrência dos seguintes ajustes financeiros:

Componentes Financeiros

	R\$	Part.
Total Financeiros	1.946,16	2,51%
Repasse de PIS COFINS suprimimento	1.646,73	2,12%
Neutralidade Encargos Setoriais	188,41	0,24%
Ajuste CUST	111,28	0,14%
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias	(0,27)	0,00%

Walmir João Rampinelli
Presidente
CPF: 342.054.979-20

Estela Maria Wesler Martinhago
Contadora
CRC/SC 023225/O-9

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

Notas Conciliatórias Societárias X Regulatória

Nota 16. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Demonstrações Contábeis Regulatórias e Societárias em 31 de Dezembro
I - Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante		37.619,52		37.619,52	55.259,63		55.259,63
Caixa e Equivalentes de Caixa		14.861,44		14.861,44	36.946,39		36.946,39
Consumidores		15.018,64		15.018,64	12.008,86		12.008,86
Serviços em Curso		443,44		443,44	575,55		575,55
Tributos Compensáveis		1.852,69		1.852,69	2.075,01		2.075,01
Depósitos Judiciais		337,27		337,27	337,27		337,27
Almoxarifado Operacional		150,88		150,88	110,04		110,04
Investimentos Temporários		0,00		0,00	93,58		93,58
Ativos Financeiros Setoriais		4.054,22		4.054,22	1.768,36		1.768,36
Despesas Pagas Antecipadamente		217,73		217,73	213,41		213,41
Outros Ativos Circulantes		683,22		683,22	1.131,16		1.131,16
Não Circulante		78.527,33	(2.646,19)	75.881,14	89.758,29	(3.222,60)	86.535,69
Consumidores		1.470,04		1.470,04	2.292,62		2.292,62
Tributos Compensáveis		433,72		433,72	686,67		686,67
Ativo Indenizável (Permissão)	16.1	0,00	35.368,01	35.368,01	0,00	33.322,59	33.322,59
Outros Ativos Não Circulantes		0,00		0,00	0,00		0,00
Investimentos		469,30		469,30	833,11		833,11
Bens e Atividades Não Vinculadas a Permissão		0,00		0,00	490,95		490,95
Imobilizado	16.2	75.123,78	(75.123,78)	0,00	84.403,14	(84.403,14)	0,00
Intangível	16.3	1.030,50	37.109,57	38.140,07	1.051,80	47.857,95	48.909,76
TOTAL DO ATIVO		116.146,85	(2.646,19)	113.500,66	145.017,91	(3.222,60)	141.795,32
PASSIVO							
Circulante		15.400,97		15.400,97	51.747,74		51.747,74
Fornecedores		3.813,24		3.813,24	3.479,99		3.479,99
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas		1.634,97		1.634,97	1.246,93		1.246,93
Impostos e Contribuições sociais		274,55		274,55	388,91		388,91
Empréstimos e Financiamentos		0,00		0,00	0,00		0,00
Encargos do Consumidor a recolher		2.603,79		2.603,79	1.092,81		1.092,81
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética		2.066,51		2.066,51	1.913,27		1.913,27
Passivos Financeiros Setoriais		200,51		200,51	6.279,22		6.279,22
Outros Passivos Circulantes		4.807,42		4.807,42	37.346,60		37.346,60
Não Circulante		5.871,66		5.871,66	5.206,77		5.206,77
Impostos e Contribuições sociais		0,00		0,00	0,00		0,00
Empréstimos e Financiamentos		171,10		171,10	234,19		234,19
Provisões para Contingências		335,00		335,00	335,00		335,00
Obrigações Vinculadas a Permissão do Serviço Público		5.307,62		5.307,62	4.630,02		4.630,02
Outros Passivos Não Circulantes		57,94		57,94	7,56		7,56
Patrimônio Líquido	16.8	94.874,21	(2.646,19)	92.228,02	88.063,40	(3.222,60)	84.840,81
Capital Social		13.495,28		13.495,28	15.351,14		15.351,14
Outros Resultados Abrangentes	16.4.1	2.646,19	(2.646,19)	0,00	3.222,60	(3.222,60)	0,00
Reservas de Sobras		76.410,74		76.410,74	65.647,24		65.647,24
Reservas Estatutárias		76.410,74		76.410,74	65.647,24		65.647,24
Reserva Legal		27.455,08		27.455,08	18.947,27		18.947,27
FATES		3.101,50		3.101,50	3.468,02		3.468,02
Reserva de Manut. Ampliação e Melhoria		45.854,15		45.854,15	43.231,94		43.231,94
Sobras ou Perdas a Disposição da AGO		2.322,01		2.322,01	3.842,43		3.842,43
Sobras a Disposição da AGO		2.322,01		2.322,01	3.842,43		3.842,43
TOTAL DO PASSIVO		116.146,85	(2.646,19)	113.500,66	145.017,91	(3.222,60)	141.795,32

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Regulatórias e Societárias em 31 de Dezembro
II - Demonstração do Resultado do Exercício
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2017			2016			
	NE	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita Operacional		98.413,70	6.599,95	105.013,65	91.611,10	7.502,26	99.113,36
Fornecimento de Energia Elétrica		35.282,40		35.282,40	27.221,44		27.221,44
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		52.376,83		52.376,83	51.629,10		51.629,10
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		8.313,67		8.313,67	10.961,58		10.961,58
Serviços Cobráveis		158,36		158,36	92,84		92,84
Doações, Contrib. e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		2.282,44		2.282,44	1.706,15		1.706,15
Receita de Construção	16,5	0,00	4.797,21	4.797,21	0,00	6.373,24	6.373,24
Outros Ingressos Operacionais	16,6	0,00	1.802,74	1.802,74	0,00	1.129,02	1.129,02
(-) Tributos		(17.508,71)		(17.508,71)	(16.051,01)		(16.051,01)
ICMS		(17.508,71)		(17.508,71)	(16.051,01)		(16.051,01)
PIS PASEP		0,00		0,00	0,00		0,00
COFINS		0,00		0,00	0,00		0,00
(-) Encargos - Parcela "A"		(14.784,34)		(14.784,34)	(15.779,34)		(15.779,34)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		0,00		0,00	(95,49)		(95,49)
Programa de Eficiência Energética - PEE		0,00		0,00	(95,49)		(95,49)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(8.775,71)		(8.775,71)	(12.803,32)		(12.803,32)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(139,78)		(139,78)	(139,31)		(139,31)
Outros Encargos - Bandeiras Tarifárias		(5.868,85)		(5.868,85)	(2.645,73)		(2.645,73)
(=) Receita Líquida / Ingresso Líquido		66.120,66	6.599,95	72.720,60	59.780,75	7.502,26	67.283,01
(-) Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(39.031,56)		(39.031,56)	(25.435,03)		(25.435,03)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(34.058,97)		(34.058,97)	(22.239,79)		(22.239,79)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(4.972,59)		(4.972,59)	(3.195,24)		(3.195,24)
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		27.089,10	6.599,95	33.689,04	34.345,73	7.502,26	41.847,99
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(20.161,01)	(4.589,36)	(24.750,37)	(20.484,03)	(6.134,82)	(26.618,85)
Pessoal e Administradores		(9.747,36)		(9.747,36)	(9.262,11)		(9.262,11)
Material		(761,36)		(761,36)	(808,52)		(808,52)
Serviços de Terceiros		(2.130,76)		(2.130,76)	(2.319,49)		(2.319,49)
Arrendamentos e Aluguéis		(228,37)		(228,37)	(15,94)		(15,94)
Seguros		(35,85)		(35,85)	(47,88)		(47,88)
Doações, Contribuições e Subvenções		(215,05)		(215,05)	(214,66)		(214,66)
Provisões		413,60		413,60	(1.825,35)		(1.825,35)
(-) Recuperação de Despesas		52,85		52,85	48,92		48,92
Tributos		(116,35)		(116,35)	(120,46)		(120,46)
Depreciação e Amortização	16,7	(3.619,61)	207,84	(3.411,77)	(3.888,27)	238,42	(3.649,85)
Gastos Diversos	16,5	(3.772,74)	(4.797,21)	(8.569,95)	(2.030,27)	(6.373,24)	(8.403,51)
Outras Receitas Operacionais		1.802,74	(1.802,74)	0,00	1.129,02	(1.129,02)	0,00
Outras Despesas Operacionais		(895,19)		(895,19)	(760,16)		(760,16)
(=) Resultado da Atividade		7.835,63	207,84	8.043,48	14.230,56	238,42	14.468,98
(+) Resultado Financeiro		3.630,74		3.630,74	5.871,80		5.871,80
Receitas Financeiras		3.923,99		3.923,99	7.369,34		7.369,34
Despesas Financeiras		(293,25)		(293,25)	(1.497,54)		(1.497,54)
(=) Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		11.466,37	207,84	11.674,22	20.102,36	238,42	20.340,78
(-) IRPJ		(736,64)		(736,64)	(1.229,43)		(1.229,43)
(-) CSLL		(274,55)		(274,55)	(451,24)		(451,24)
(=) Resultado Líquido do Exercício	16,9	10.455,18	207,84	10.663,02	18.421,69	238,42	18.660,11

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

16.1. Ativos financeiros da permissão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

16.2. Imobilizado

16.2.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do Valor Novo de Reposição, aplicado sobre a Base de Remuneração Regulatória (BRR), da permissionária. Para a definição do valor, é utilizado o Banco do Preços Referenciais da ANEEL (SISBASEP), a partir de uma estrutura modular.

Este banco busca refletir os custos médios eficientes de aquisição e instalação dos diversos equipamentos. É estruturado na forma modular, abrangendo medidores, redes e linhas de distribuição.

A valoração é realizada a partir de um inventário simplificado de ativos, atribuindo-se os respectivos módulos construtivos que representam o valor agregado de todos os ativos da permissão. Esta prática não se aplica a contabilidade societária.

16.2.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes da depreciação do Valor Novo de Reposição, registrado em 31 de outubro de 2013, baseado em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária relacionados à Resolução Homologatória nº 1.5797, de 27 de agosto de 2013, com efeitos retroativos à data base de 28 de setembro de 2012. Esta prática não se aplica na contabilidade societária.

16.3. Intangível

Os serviços de construção da permissionária são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, portanto, é necessário contabilizar cada componente da remuneração da permissionária separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber. Esta prática não se aplica a contabilidade regulatória.

16.3.1. Reavaliação compulsória

Não se aplica a reavaliação compulsória para o intangível.

16.4. Patrimônio Líquido

16.4.1. Outros Resultados Abrangente

O ajuste é a contrapartida da contabilização do VNR – Valor Novo de Reposição. Esta prática não se aplica a contabilidade societária.

16.5. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

16.5.1. Receita e Custo de construção (resultado)

A ICPC 01 estabelece que a permissionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviço de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A Cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da Cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, com custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Os custos de construção estão contabilizados no grupo “Gastos Diversos”. Esta prática não se aplica a contabilidade regulatória.

16.6. Outros Ingressos Operacionais

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de outros ingressos operacionais, que, na contabilidade regulatória, é contabilizada no grupo outras receitas operacionais.

16.7. Depreciação e Amortização

Os ajustes são decorrentes da contabilização da depreciação do VNR – Valor Novo de Reposição. Esta prática não se aplica a contabilidade societária.

16.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2017	2016
Saldos no início do exercício	3.222,60	3.830,04
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(576,40)	(607,44)
Reavaliação regulatória compulsória	(368,56)	(369,02)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(207,84)	(238,42)
Saldos no fim do exercício	2.646,20	3.222,60

Reavaliação regulatória compulsória - o efeito é decorrente da não aplicação na contabilidade societária das práticas de reavaliação regulatória compulsória.

Depreciação da reavaliação regulatória compulsória - o efeito é decorrente da não aplicação na contabilidade societária da depreciação da reavaliação regulatória compulsória, determinadas pelo agente regulador.

16.9. Conciliação das sobras líquidas societárias e regulatórias

	2017	2016
Sobra (perda) líquida conforme contabilidade societária	10.663,02	18.660,11
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(207,84)	(238,42)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(207,84)	(238,42)
Sobra (perda) líquida regulatória	10.455,18	18.421,69

NOTA 17 – REPASSES A REALIZAR DESMEMBRAMENTO

Em outubro de 2016 a cooperativa realizou assembleia geral extraordinária que autorizou e aprovou o relatório da comissão do desmembramento, no intuito de realizar cisão de parte do seu patrimônio para a criação de uma nova cooperativa denominada COOPERATIVA PIONEIRA DE GERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – COOPERA.

O objetivo deste desmembramento é atender as exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em virtude da não conformidade com os parágrafos 5º e 6º do artigo 4º da lei 9074/95 que trata da impossibilidade de participação societária em atividades estranhas a distribuição de energia.

Conforme balanço de levantamento de 30/09/2016, foi autorizado desmembramento do montante de R\$ 31,2 milhões de reais, conforme demonstrado a baixo.

ATIVO	30/09/16
<u>Circulante</u>	21.860,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.860,97
<u>Não Circulante</u>	9.394,92
<u>Realizável a Longo Prazo</u>	0,00
Parcelamento CCCL	3.714,65
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.714,65)
<u>Investimentos</u>	461,19
Investimentos na Oficina da Fecoesusc	29,78
Investimentos na CCCL	143,94
Participação DoVale Alimentos Ltda.	287,47
<u>Imobilizado</u>	8.933,73
Terrenos	1.582,55
Edificações, Obras e Benfeitorias	6.899,88
Máquinas e Equipamentos	225,70
Móveis e Utensílios	225,60
TOTAL DO ATIVO	31.255,89

Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

Fone: (48) 2102 1212 / 0800 7257725 - www.coopera.com.br - coopera@coopera.com.br
 Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 - Santa Cruz - Forquilha / SC - CEP 88850-000
 CNPJ 83.646.653/0001-70 | I.E. 250.228.076

Em decorrência do prazo de constituição e abertura na Junta Comercial, ter levado a esta nova cooperativa a possuir registro jurídico a partir do ato constitutivo em 17 de fevereiro de 2017, os registros contábeis de cisão ocorreram somente na referida data.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2016, a Permissionária transferiu do seu patrimônio líquido para o passivo circulante o valor total atualizado a desmembrar no montante de R\$ 31,6 milhões de reais. A atualização deste valor refere-se a receitas financeiras sobre as aplicações existentes e a depreciação do imobilizado.

Walmir João Rampinelli
Presidente
CPF: 342.054.979-20

Estela Maria Wesler Martinhago
Contadora
CRC/SC 023225/O-9

Relatório do Auditor Independente Das Demonstrações Contábeis Regulatórias



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 02 e 03 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Conforme demonstrado em nota explicativa 17, no dia 17 de fevereiro de 2017 ocorreu desmembramento dos bens (imóveis/numerários) da cooperativa no montante aproximado de 31 milhões de reais, aprovado através de assembleia geral extraordinária realizada em 25 de outubro de 2016. O objetivo deste desmembramento é atender as exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em virtude da não conformidade com os parágrafos 5º e 6º do artigo 4º da Lei 9074/95, que trata da impossibilidade de participação societária em atividades estranhas à distribuição de energia, a qual originou a nova cooperativa denominada Cooperativa Pioneira de Geração e Desenvolvimento - Coopera.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA** com data de 22 de março de 2018.





Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.





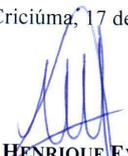
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 17 de abril de 2018.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC N° 17.329/O-8
CNAI N° 638